

LETÍCIA RIBAS DIEFENTHAELER BOHN

PATRIMÔNIO HISTÓRICO CULTURAL DA ILHA DA RITA: REFLETINDO SOBRE
IDENTIDADES E HERANÇA CULTURAL

JOINVILLE

2010

LETÍCIA RIBAS DIEFENTHAELER BOHN

PATRIMÔNIO HISTÓRICO CULTURAL DA ILHA DA RITA: REFLETINDO SOBRE
IDENTIDADES E HERANÇA CULTURAL

Dissertação de Mestrado, apresentada como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Patrimônio Cultural e Sociedade, da Universidade da Região de Joinville. Área de concentração: Patrimônio e Memória Social.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Silvia Sell Duarte Pillotto

Co-orientadora: Prof^a. Dr^a. Elizabete Tamanini

JOINVILLE

2010

Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca Universitária da UNIVILLE

Bohn, Letícia Ribas Diefenthaeler

B677 Patrimônio histórico cultural da Ilha da Rita: refletindo

sobre identidades e herança cultural / Letícia Ribas Diefenthaeler Bohn ;
Orientadora: Dra. Silvia Sell Duarte Pillotto ; co-orientadora Dra. Elizabete
Tamanini – Joinville: Ed. UNIVILLE, 2010.

99 f. : il. ; 30 cm.

Orientadora: Silvia Sell Duarte Pillotto

Co-orientadora: Elizabete Tamanini

Dissertação (Mestrado em Patrimônio Cultural e
Sociedade).

1. Patrimônio histórico e cultural – Ilha da Rita. 2. Memória
e identidade. 3. Herança cultural. I. Pillotto, Silvia
Sell Duarte. II. Tamanini, Elizabete. III. Título.

PATRIMÔNIO HISTÓRICO-CULTURAL DA ILHA DA RITA: REFLETINDO SOBRE
IDENTIDADES E HERANÇAS

Dissertação julgada para obtenção de título de Mestre em Patrimônio Cultural e Sociedade e aprovada, em sua forma final, pelo Programa de Mestrado em Patrimônio Histórico e Sociedade da Universidade da Região de Joinville. Área de concentração: Patrimônio e Memória Social. Aprovada em 1º de junho de 2010.

Banca Examinadora:

Prof^a Dr^a Silvia Sell Duarte Pillotto

Orientadora – UNIVILLE

Prof^a Dr^a Elizabete Tamanini

Co-orientadora – UNIVILLE

Prof^a Dr^a Taiza Mara Rauen Moraes

UNIVILLE

Prof^a Dr^a Mirian Celeste Ferreira Dias Martins

Universidade Presbiteriana Mackenzie - SP

Joinville, 1º de junho de 2010.

DEDICATÓRIA

Aos meus filhos, Ana Carolina e Lucas, pela serenidade e plenitude da vida.

A Francisco Ribas e Maria Myzia Magno Ribas, avós maternos, pela materialização do sabor de infância e exemplo de amor incondicional ao ser humano.

A José Theobaldo Diefenthaeler (*in memoriam*), avô paterno, pelos momentos intensos de muita aprendizagem.

Aos meus pais, Guilherme Diefenthaeler e Ana Ribas Diefenthaeler, pelos caminhos de luz e sombra apresentados e proporcionados.

À Nika, minha irmã em tudo.

E ao Marcus, sempre, pela práxis do que é o amor.

AGRADECIMENTOS

Às minhas irmãs do coração, Flávia, Jô, Ivy e Tati, pelo ombro e colo nos momentos existenciais;

Aos meus amigos, Flávio, Cadu e Guilherme, meu muito obrigada por tudo;

Aos amigos da Proex, Ale, Cleberson, Dora, Fá, Gi, Grasi, Jan, Josi, Ju, Paty, Ti, Val, por cada vez mais entender o que é trabalho em equipe;

A Prof^a. e amiga Berenice Rocha Zabbot Garcia, pela referência e cumplicidade.

A Prof^a. e amiga Maria Inês Siqueira Araujo, pela sinergia.

Aos meus colegas de mestrado pelos momentos memoráveis;

Aos professores do Programa de Mestrado em Patrimônio Cultural e Sociedade, pelas dúvidas ainda maiores colocadas em nossas vidas.

Ao Prof. e amigo Tirotti, pela parceria incondicional;

À Prof^a. e amiga Elizabete Tamanini, pelos momentos paradoxais de orientação.

À Prof^a. e amiga Silvia Pillotto, pela doação e plenitude no ofício de educadora, muito obrigada.

E ainda a todos que de forma direta contribuíram para a construção desta trajetória.

SUMÁRIO

RESUMO

ABSTRACT

APRESENTAÇÃO (MEMORIAL)

1. INTRODUÇÃO.....	14
2. PATRIMÔNIO, IDENTIDADES E MEMÓRIAS, A ETERNA RESSIGNIFICAÇÃO.....	18
2.1 Conceituando.....	18
2.2 O Patrimônio.....	20
2.3 As identidades.....	23
2.4. As memórias.....	25
2.5 Breve histórico do Distrito do Sahy e da Ilha da Rita.....	28
2.5.1 Vila da Glória: um lugar de encanto e tranquilidade.....	28
2.5.2 A Ilha da Rita e a construção da Base de Abastecimento Naval.....	33
2.5.3 Uma misteriosa Rita.....	34
3. TRAJETÓRIAS DE UMA PESQUISA NARRATIVA: ILHA DA RITA.....	43
3.1 Pesquisa e ação.....	49
3.2 Memória social, o papel do ancião guardião.....	53
3.3 Registro das entrevistas: o áudio-visual.....	59
3.4 Um roteiro.....	63
4. HISTÓRIA E MEMÓRIA DA ILHA DA RITA NARRADAS PELOS ATORES SOCIAIS DA VILA DA GLÓRIA.....	66
4.1 A ilha da Rita na perspectiva dos moradores da Vila da Glória.....	67
4.2 As estações da memória: chegadas e partidas.....	89

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	91
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	96

RESUMO

A dissertação aqui apresentada propõe-se a discutir as identidade e heranças culturais do patrimônio histórico-natural-cultural denominado Ilha da Rita. Abordando a historiografia da construção da Base de Abastecimento naval que foi instalada na Ilha e dialogando com as memórias dos moradores mais antigos da Vila da Glória, São Francisco do Sul, SC - comunidade mais próxima da Ilha, pretendeu-se evidenciar a memória social como propulsora de um movimento para a perspectiva de salvaguarda de um patrimônio. Além disso, ao utilizarmos a memória coletiva, vamos fortalecendo a simbiose do exercício rico de viver em sociedade. Evidenciando os laços da coletividade, no ímpeto de reconhecimento de pertença, favorecemos o encontro dos moradores da Vila da Glória com o seu patrimônio Ilha da Rita. Numa abordagem narrativa, com foco na pesquisa qualitativa, além das entrevistas com três moradores mais antigos da ilha, o registro em áudio-visual dos diálogos construídos entre estes sujeitos, motivaram o sentimento de continuidade. O objetivo desta ação, não é o de cristalizar, mas sim trazer novamente a tona reflexões sobre a necessidade de preservação/manutenção do patrimônio natural/cultural da Ilha da Rita para a vida daqueles que ali vivem. Ampliar os olhares sobre a trajetória da Ilha da Rita, esta foi a proposta desta Dissertação. E para que possamos ouvir os ecos de uma sociedade cada vez mais atuante na vida pública de seu legado cultural, há a necessidade de políticas públicas de preservação e um envolvimento social que poderá ser despertado com sensibilidade por meio da educação patrimonial. Do mais jovem ao mais idoso, todos devem sentir-se partícipes de seu lugar. Isso, sim, é uma questão de identidade.

PALAVRAS-CHAVES: Patrimônio, Ilha da Rita, Herança Cultural, Memória.

ABSTRACT

The presented dissertation, suggests discussing the identity and cultural legacy of the historic-natural-cultural patrimony named 'Ilha da Rita'. Approaching the historiography of the construction of the Naval Supplying Basis where the island was built, and talking to the older resident's memories of Vila da Glória, São Francisco do Sul, SC – the nearest community of the island, it was intended to make the social memory evident as propeller of a movement to guaranty its inheritance. Moreover, in using the collective memory we consolidate the symbiosis of the great exercise of living in society. Making the collectivity ties evident, in the impetus of recognizing its property, we favored the meeting of the residents of Vila da Glória with their patrimony Ilha da Rita. In a narrative approach focusing the qualitative investigation, besides the interview with the three oldest residents of the island, the record of the dialogues in audio-visual between these citizens motivated the feeling of continuity. The objective of this action is not to crystallize but bring up some reflexions about the necessity of preservation / maintenance of the natural / cultural patrimony of Ilha da Rita, to the life of those who live there. The proposal of this dissertation was to broaden the looks of the trajectory of Ilha da Rita. In order to hear the repercussion of a functioning society in public life of its cultural legate, there is a necessity of public policies of preservation and a social involvement that can be waken with sensibility by means of patrimony education. From the younger to the older, everyone must take part of his place. This is a matter of identity.

Key words: patrimony, Ilha da Rita, cultural legacy, memory.

APRESENTAÇÃO (MEMORIAL)

Desde muito pequena já estava me envolvendo com a comunidade. Morei até os sete anos com meus avôs maternos, que desenvolviam forte trabalho comunitário junto a sua instituição religiosa. Estas referências foram muito importantes na continuidade de minha vida. Já na adolescência sempre participei como voluntária nas campanhas de vacinação e de arrecadamento de roupas e alimentos para os mais necessitados. Além do envolvimento com as questões sociais, acreditava ainda, que só isso não bastava, que devíamos nos debruçar em políticas públicas que pudessem proporcionar o acesso à saúde, educação, lazer, ou seja, a uma cidadania, à todos. Sob esta perspectiva me inscrevi no vestibular para Licenciatura em História.

As expectativas não podiam ser as melhores, pois como sempre quis, estaria condensando as políticas públicas com a área social a partir da ótica da educação. Encantou-me este universo. Nos anos de faculdade, participei de algumas viagens de estudos, como uma que visitamos a cidade de São Paulo, Museu do Ipiranga, Memorial do Imigrante, Museu de Etnologia e Arqueologia da Universidade de São Paulo entre outros lugares. Participei também de uma pesquisa, coordenada pelas professoras Janine Gomes e Ilanil Coelho, que objetivava contar a história dos bairros de Joinville a partir das vozes dos moradores mais antigos, sustentada na metodologia da história oral, da qual resultou em uma exposição e no registro de nossas entrevistas no laboratório de História Oral da Univille. Além disso, participei de uma pesquisa arqueológica, como voluntária, na foz do Rio Cubatão, proposta e executada pelo Museu Arqueológico de Sambaqui de Joinville – MASJ, o que me rendeu 01 ano de estágio no referido museu.

Durante o curso de Licenciatura em História tive a necessidade de iniciar no trabalho e a oportunidade de ingressar na Universidade da Região de Joinville - Univille como estagiária no Departamento de Economia. Já no ano seguinte fui contratada como funcionária na nova Pró-Reitoria de Extensão e Assuntos Comunitários - PROEX onde estou até hoje.

A abertura desta porta proporcionou mais uma vez o meu encontro com a comunidade, pois as ações extensionistas são pensadas no intuito de propiciar o encontro e a vivência comunitária. Mesmo sem estar atuando de fato, estaria vislumbrando o movimento social dos bastidores.

Estar na área de extensão fez com que eu pudesse me aproximar dos conhecimentos acerca da prática acadêmica e acabei por desmistificar alguns conceitos e principalmente consegui de vez separar extensão de assistência social. Tive também a oportunidade de participar de vários fóruns de extensão do Sistema Acafe – Associação Catarinense de Fundações Educacionais – que contribuíram de forma significativa para que pudesse conhecer as linhas de atuação e fortalecer o espaço, às vezes tão segregado, da extensão universitária.

No meu local de trabalho, conheci também a Vila da Glória, local onde a Univille mantém um Centro de Estudos e Pesquisas Ambientais – CEPA. Encantei-me logo na primeira vez em que fui visitar. A dinâmica da Vila da Glória é muito peculiar. O ritmo é outro e ainda conseguimos perceber que ela preserva muito da sua história a partir da oralidade e de suas tradições. Além de ter espaço natural muito bem preservado.

Bem próximo a esta comunidade, fica a Ilha da Rita, que nos idos de 1940 fora uma Base de Abastecimento Naval. Em 1996 a Univille recebeu a cessão de uso para cuidar e instalar um laboratório natural. Além deste espaço natural privilegiado, as edificações da antiga base também contavam a história daquela pequena Ilha. E esse complexo histórico-natural encontra-se sob os cuidados da PROEX, ou seja, tenho bastante contato com este lugar.

Ao longo de 2006 fui convidada pelas professoras Silvia Pillotto e Berenice Garcia a fazer parte de um projeto de pesquisa financiado pelo Fundo de Apoio à Pesquisa de Santa Catarina - FAPESC, que iria refletir o currículo para a 1ª série de 09 anos de Ensino Básico. Novamente me aproximei das questões educacionais e, além disso, pude iniciar o objetivo de me inscrever em um Mestrado. Não tinha perdido o ideal de me tornar professora. Como educação não é prioridade neste país, o recurso para execução da pesquisa só foi

liberado no início de 2008. Mas o grupo desta pesquisa acabou se encontrando com certa frequência ainda em 2007, vale ressaltar que estes encontros foram muito importantes para que pudéssemos cumprir o objetivo do projeto, o de socializar nossos estudos e experiências por meio de publicação em livro.

No início de 2008, além de integrar a equipe do projeto de pesquisa, soube que foi anunciado que o Programa de Mestrado em Patrimônio Cultural e Sociedade - MPCs havia recebido retorno positivo da CAPES para sua abertura. Mais do que nunca vi que era à hora de ousar e me inscrever para participar da seleção de candidatos deste curso, que conseguia vislumbrar perfeita articulação entre minha formação, minhas experiências e minha área de atuação junto à extensão universitária. As etapas eram, análise de currículo, prova escrita, apresentação de pré-projeto e entrevista. Com relação ao currículo, dois eram os meus pontos fortes, tenho uma publicação e estava inserida em um projeto de pesquisa como voluntária.

A escolha do tema de meu pré-projeto obviamente seria a Ilha da Rita. E assim o foi. Apresentei uma proposta que envolvia um curso de Educação Patrimonial para os professores das séries iniciais da Vila da Glória com o intuito de dialogar sobre a Ilha junto com aquela comunidade. O resultado desta maratona, de escrita do projeto, montagem do currículo, prova e entrevista, foi minha aprovação na 1 Turma do MPCs.

O início do curso foi muito bom, pois sendo um programa multidisciplinar os acadêmicos, não eram somente da história, mas eram de artes, de letras, de comunicação, de arquitetura, da filosofia, da biblioteconomia, do turismo, entre outras, o que favoreceu as discussões em sala de aula.

As disciplinas foram importantes para a contextualização e atualização sobre as questões pertinentes ao patrimônio. Na disciplina de Pensamento Contemporâneo, conceituamos esta sociedade que tem muita facilidade em versar com diferentes áreas, principalmente revisitando o clássico para um caminho mais tecnológico. Trabalhamos também, com a angústia e desconfiança que esta no calço da pós-modernidade. Porque somos modernos deitados na pós-modernidade. Na disciplina de Seminários Avançados, tivemos

a oportunidade de ouvir nossos colegas e professores sobre nossas propostas de projetos, com retornos significativos para o amadurecimento de nossa pesquisa.

Nos encontros das aulas de Ética, Cultura e Sociedade, evidenciou-se uma preocupação latente com relação à ética em pesquisa com seres humanos e seres vivos. Essa tendência marcou debates em sala, com a expectativa de compreender os limites da ciência. Já na disciplina de Tópicos Especiais, pudemos ter contato com a cartografia e suas possibilidades e com a antropologia – disciplina tão importante num contexto de estabelecimento de diálogo com uma sociedade, diversificada e cada dia mais dinâmica, sob a perspectiva da salvaguarda do patrimônio.

As discussões nas aulas de Estudos Culturais mostraram como estamos ainda, no limiar do conceito de rizoma cultural. Porém conseguimos cada vez mais perceber como as linguagens, atualmente, têm conseguido uma aproximação e também o entrelace de seus conceitos. Com a disciplina de Patrimônio e Cidadania, tivemos a oportunidade de aprender a partir do estudo baseado em problema. Analisamos um caso de solicitação de tombamento de uma edificação na cidade de Joinville, que gera muita polêmica. Até onde os técnicos podem recortar a história de uma sociedade? E a comunidade onde se localiza o patrimônio não deveria ser estimulada a se posicionar sobre as questões de preservação? Certamente saímos com o espírito de mudança com relação a escolha do que devemos preservar. E por fim, mas não menos importante, a disciplina de Gestão do Patrimônio. Em nossos encontros pudemos observar que a preservação, a educação, enfim, as decisões sobre o destino de um patrimônio são de responsabilidade de um gestor. Então para que a questão possa fluir e que as decisões possam ser as mais sustentadas possíveis, é necessário que o gestor tenha um olhar sensível, que ouça a sua equipe e que principalmente, saiba inovar em sua gestão.

Terminada a fase das disciplinas, com ideias bem aparadas teoricamente, demos prosseguimento em nossas andanças da pesquisa. No meio do caminho, no meu caso, ainda aconteceram dois fatos bem importantes e

resultantes deste meu envolvimento com o mestrado, um deles foi o convite do Departamento de Design da Univille para ministrar aulas de antropologia e sociologia para as habilitações de visual e produto e moda consecutivamente.

O outro foi o lançamento do livro “Uma educação pela Infância” resultado do projeto de pesquisa realizado em 2008, da qual integrei a equipe de escritoras.

A pesquisa sobre a Ilha da Rita teve que dar uma guinada de cento e oitenta graus, em função da nova administração municipal empossada em janeiro de 2009. Em contato com a Secretaria de Educação, fui informada que a pesquisa só poderia acontecer nos finais de semana. Não seria nada fácil mobilizar professores para discutir patrimônio aos sábados – um dos poucos momentos de descanso desta classe tão segregada neste país. Em reunião conjunta com minha orientadora Prof Silvia Pillotto e co-orientadora Prof Elizabete Tamanini, optamos então em resgatar as narrativas dos moradores nascidos e mais antigos da Vila da Glória sobre a Ilha da Rita, tentando perceber nas vozes desses habitantes a relação com este patrimônio. A ideia de coletar em meio de vídeo e de forma coletiva é para que um possa lembrar na memória do outro. Como último encontro pensamos em levá-los até a Ilha para que possam verificar o estado da Ilha hoje e que possam manifestar seu desejos com relação àquele lugar. Além disso, verificar se os mesmo dispõe de materiais como fotografias, documentos, objetos da Ilha, que possam posteriormente compor o acervo de um espaço de preservação da Ilha da Rita, ou Ilha da Base como é freqüentemente citada pelos moradores. Após este levantamento, devemos discutir, como podemos estruturar um plano de salvaguarda da Ilha da Rita, se for o caso.

É sob a ótica do movimento comunitário que esta pesquisadora pretende estabelecer suas discussões e reflexões acerca do patrimônio denominado Ilha da Rita, também conhecida pelos moradores da Vila da Glória como Ilha da Base.

1. INTRODUÇÃO

É mais comum do que imaginamos. Quando nos falha a memória, ficamos com a sensação de que o tempo passou muito depressa, envelhecemos. Quando somos crianças, não conseguimos mensurar o tempo, porque o tempo é sempre presente, queremos só que passe um pouco mais depressa. Na fase adulta, o tempo é sempre atrasado, corremos contra ele.

A relação do ser humano com o tempo é paradoxal, queremos sempre viver em um tempo ausente, seja porque não chegou (infância), seja porque já se foi (velhice). E a mais importante de todas as constatações é a de que somos dependentes do tempo. Para muitos poetas, é o remédio da alma. O tempo é a relação perfeita de aprendizagem.

Mas é na maturidade que nos damos conta de que o tempo é um processo biológico, não há como pará-lo. Amadurecer é um confronto direto com a forma como vemos e nos comportamos na sociedade. Vemos e revemos nossas atitudes, amparados por nossa memória. É ela que possibilita a reflexão, promovendo, quase sem querer, grandes movimentos em nossa essência.

Além disso, se já não vivemos o que passou, podemos ao menos rever em nossas lembranças. Momentos únicos, doces ou amargos, que estarão presentes durante nossa existência. E essa lembrança, às vezes, chega de tal forma que somos capazes de sentir cheiros, sabores, texturas. A memória preenche um espaço de ausência.

Dividir a história de vida com alguém é motivo de alegria para quem conta. Mas, para aqueles que estiverem dispostos a ouvir, é pura magia. Temos uma ligação visceral com a lembrança do outro, porque, não raro, nós nos encontramos na memória do outro, e, por muitas vezes, somos agraciados com riquezas de detalhes que não aparecem em livros, jornais, revistas, porque o espaço da memória física é pequeno, e, para a memória emocional, não há limite.

Um grupo de pessoas contando suas experiências sobre uma temática específica aciona um mecanismo quase natural, o de “lembrar sobre a lembrança” do outro. Uma informação que escapa de alguém pode surgir na fala do outro. Encantadora, essa “tal” memória coletiva.

Se cada um contribui com alguma informação, se a construção da memória de um determinado espaço for de forma conjunta, passa-se a acreditar que cada vez mais estamos nos aproximando da realidade da história da sociedade, contada pela própria comunidade.

Sustentada nessa forma de “ver” a memória, a pesquisa “Patrimônio Histórico Cultural da Ilha da Rita: Refletindo sobre Identidades e Heranças Culturais” tem por objetivo promover a reflexão sobre os processos identitários e de heranças culturais da Ilha da Rita, na Vila da Glória, a partir das histórias dos moradores mais antigos daquela localidade.

A atual Vila da Glória, como é conhecido o Distrito do Saí (Sahy), é uma região pertencente à cidade de São Francisco do Sul, Santa Catarina, e é composta por comunidades denominadas: Vila da Glória, Praia Alvarenga, Praia Bonita, Estaleiro, Frias, Ramos, Torno dos Pintos, Caeté, Lamin e Saí--Mirim.

O início do povoamento dessa região data de 1600, com a chegada dos portugueses. Já em 1840, a área que abrange este estudo foi tomada por um movimento francês conhecido como “Falanstério de Saí”. O médico homeopata Benoit Jules Mure foi o grande articulador da ideia, tanto na França quanto no Brasil. Ele idealizava uma comunidade estruturada pelo associativismo, isto é, sem empregados, apenas pequenos sócios. Os detalhes desta articulação podem ser conferidos no segundo capítulo.

Os migrantes franceses, motivados pelos incentivos brasileiros de industrialização, propostos por Dom Pedro II e pela necessidade, ainda que angustiados por deixar a França em função das guerras e das rebeliões, encontraram nestas terras possibilidade de materialização de uma proposta pautada no ideal socialista de Charles Fourier. É neste espaço de utopia e sonhos que a Vila da Glória se estabelece e se fortalece enquanto comunidade. Ela cria seu próprio ritmo.

Outro marco importante na história da Vila da Glória foi a instalação de uma Base de Abastecimento Naval na Ilha da Rita. A ilha, que também foi moradia para os homens sambaquianos, foi adquirida em 1918 pela Marinha do Brasil, juntamente com uma fazenda na Vila da Glória, próximo ao Frias, onde há nascentes de águas.

A construção teve início em outubro de 1937 pelo governo e sua inauguração se deu em maio de 1940 contando com a presença do então presidente Getúlio Vargas. Com a Base, ficava garantido o abastecimento aos navios de grande porte de água potável, óleo e carvão mineral, itens necessários para a manutenção durante longas viagens.

A construção histórica da Ilha da Rita e da Vila da Glória será apresentada no primeiro capítulo desta dissertação.

Este patrimônio natural, histórico e cultural chamado Ilha da Rita, depois da utilização durante a Segunda Grande Guerra Mundial, passou pouco a pouco a perder seu espaço de prestígio no cenário da Marinha Nacional, e a estrutura que continuava na Ilha, inevitavelmente, sofria a ação do tempo.

Em 1996, a Universidade da Região de Joinville (Univille) recebeu a cessão de uso da Ilha da Rita, para fins educacionais e, obviamente, com o objetivo de se aproximar da comunidade da Vila da Glória, com a possibilidade latente de reacender esse patrimônio.

Existem poucos registros históricos (documentos, fotos, entre outros) sobre a Ilha, e por isso muitas das histórias estão restritas à memória dos moradores da Vila da Glória. Entrevistar esses moradores mais antigos é uma forma de registrar e ressignificar este patrimônio. Propor este diálogo será importante para estabelecer qual o envolvimento da comunidade com a Ilha, bem como preservar e valorizar a sua história.

O método de pesquisa social e narrativa será adotado para reunir os entrevistados em momentos de conversas sobre a temática Ilha da Rita. Moradores que puderam, de alguma forma, sentir/viver este movimento que a base de abastecimento instalada na Ilha da Rita provocou, poderão relembrar

coletivamente as histórias entrelaçadas na sua trajetória de existência, e encantar-se com elas. Esta será a questão central do segundo capítulo deste trabalho.

Depois da apresentação histórica e da reflexão sobre a memória e a identidade do patrimônio apresentado, haverá a necessidade de se pensar em políticas de preservação deste espaço, sempre envolvendo e consultando a comunidade.

Esta discussão, vértice do terceiro capítulo, permeará por caminhos que tornem esta salvaguarda como bandeira da comunidade mais próxima, neste caso, a Vila da Glória. Estimulando, de certo modo, que a sociedade consiga estabelecer laços de pertencimento com a Ilha, evidenciando novamente este patrimônio como referência da Vila da Glória.

Os tópicos apresentados serão fundamentais para discutir, nos resultados desta pesquisa, formas, causas e condições para que a comunidade encontre alguns caminhos viáveis para a preservação deste patrimônio histórico-cultural, e por que não natural, chamado Ilha da Rita. E que o tempo, que tem passado muito rápido, possa voltar a ser um grande parceiro em uma perspectiva de reviver o passado, e não um catalisador da destruição da memória de uma sociedade.

2. PATRIMÔNIO, IDENTIDADES E MEMÓRIAS E SUAS RESSIGNIFICAÇÕES

Três conceitos que se interrelacionam interagem profundamente, mas atribuem diferentes análises à pesquisa aqui proposta, Patrimônio, Identidades e Memórias formam um complexo tripé que sustenta a gama de reflexões a respeito dos papéis históricos, sociais e culturais assumidos pelos personagens de uma história antiga, com nova roupagem. Mas não se trata, apenas, de expor pontos de vista, analisar depoimentos ou reconstruir passagens importantes da comunidade da Vila da Glória. Ao recosturar significados e valores exclusivos desses personagens, reedificam-se novos figurinos de várias vivências.

Por isso, é tão importante pensar sobre cada elemento desse tripé, dialogando com autores de relevantes reflexões e extraindo de cada um desses novos pensares os pilares que vão ajudar a fazer emergir os fundamentos essenciais da construção desse novo processo de ressignificados. Busca-se o visceral elo entre o que se pesquisa e o que se tem como elementos novos, fontes de fatos e dados, dispersados em memórias e identidades.

2.1 Conceituando

Ao conceituar algumas palavras que consideramos chave, como patrimônio, identidades e memórias, podemos referenciar sobre quais perspectivas esta pesquisa se sustentou. A escolha desses termos se harmoniza ao objetivo do trabalho, que é promover a reflexão sobre os processos identitários e de heranças culturais da Ilha da Rita, na Vila da Glória, São Francisco do Sul, Santa Catarina/Brasil, a partir das histórias dos moradores mais antigos daquela localidade.

A ideia é apresentar autores com quem dialogamos e que em muito contribuem para o entendimento desses conceitos e, por consequência, de todo o contexto

de histórias e vivências dos envolvidos na pesquisa, possibilitando conexões mais consistentes com as discussões sobre a formação identitária e a construção sócio-cultural da Ilha da Rita, na Vila da Glória.

Assim, colocar sobre a mesa os vários pontos de vista que envolvem as expressões patrimônio, identidade e memória é, ao mesmo tempo, ponto de partida e de chegada de um debate que não se esgota em si próprio – mas procura oferecer novos subsídios e valores, garimpados e estratificados nos relatos das experiências de vida de toda uma comunidade,

Considera-se, para tal, todo o universo que envolve um patrimônio histórico cultural natural, o espaço em que os moradores que integram o público-alvo dessa pesquisa viveram, relacionaram-se e construíram suas identidades – chamado Ilha da Rita.

Um paradoxo interessante dessa vivência é que, ao revisitar o “antigo”, nos confrontamos com nosso próprio tempo, uma época em que a velocidade da informação faz com que o novo já nasça velho, um tempo, portanto, em que o desafio de pensar é bem maior. As novas ferramentas de pesquisa e as facilidades de acesso às informações, no entanto, por vezes ignoram a riqueza histórico-cultural que pode estar camuflada de “velho”, nas lembranças de um idoso humilde e sem formação acadêmica. O pensar, aqui, se torna desafiador e conflitado, uma vez que há muita dificuldade em acompanhar esse tempo que caminha meio sem lei e, sobretudo, conectá-lo às narrativas que se tem nas mãos. Relacionar e discutir conceitos torna-se, portanto, fundamental, para que se possa evidenciar os pontos de vista e os principais focos de reflexão propostos pela pesquisa.

Assim, assumindo-se uma postura pós-moderna¹, entende-se que os conceitos que serão aqui apresentados compõem apenas um, entre os tantos olhares

¹ A chamada pós-modernidade ainda não tem um significado, o seu surgimento esteve intimamente ligado às novas expressões artísticas, especialmente à arquitetura, através da Escola de Bauhaus, no início do século XX, conforme WESTPHAL(2004, p.11). Porém, completa WESTPHAL (2004, p.13), o movimento também é cultural, filosófico e científico, com sentido bastante amplo. E, para a filosofia, surge com Nietzsche, que propôs a ruptura com os conceitos universais e totalizantes.

sobre o patrimônio, as identidades e as memórias, e que, trazendo a proposta do conceito e não da definição, apostamos na multiplicidade de visões sobre esses temas.

2.2 O Patrimônio

A primeira relação que fazemos com a palavra patrimônio remete aos bens materiais familiares, como imóveis ou veículos. Isso é perfeitamente justificável em função da raiz da expressão. “Patrimônio é uma palavra de origem latina, *patrimonium*, que se referia, entre os antigos romanos, a tudo o que pertencia ao pai, *pater* ou *pater famílias*, pai de família.” (FUNARI&PELEGRINI 2006).

A UNESCO - Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura, em conferência realizada em Paris, no ano de 1972, apresentou uma convenção internacional que trazia como primeiro e segundo artigos a definição de patrimônio cultural e natural. Enfatiza o texto:

I - Definições do patrimônio cultural e natural

Art. 1º

Para fins da presente Convenção serão considerados como patrimônio cultural:

Os monumentos – Obras arquitetônicas, de escultura ou de pintura monumentais, elementos de estruturas de caráter arqueológico, inscrições, grutas e grupos de elementos com valor universal excepcional do ponto de vista da história, da arte ou da ciência.

Os conjuntos – Grupos de construções isoladas ou reunidos que, em virtude da sua arquitetura, unidade ou integração na paisagem, têm valor universal excepcional do ponto de vista da história, da arte ou da ciência.

Os locais de interesse – Obras do homem, ou obras conjugadas do homem e da natureza, e as zonas, incluindo os locais de interesse arqueológico, com um valor universal excepcional do ponto de vista histórico, estético, etnológico ou antropológico.

Art. 2º

Para fins da presente Convenção, serão considerados como patrimônio natural:

Os monumentos naturais constituídos por formações físicas e biológicas ou por grupo de tais formações com valor universal excepcional do ponto de vista estético ou científico;

As formações geológicas e fisiográficas e as zonas estritamente delimitadas que constituem *habitat* de espécies animais e vegetais ameaçadas, com valor universal excepcional do ponto de vista da ciência ou da conservação;

Os locais de interesse naturais ou zonas naturais estritamente delimitadas, com valor universal excepcional do ponto da ciência, conservação ou beleza natural.

Porém, a origem ligada ao *pater* fica restrita ao indivíduo. Além disso, a convenção de 1972 da UNESCO, quando trabalha com definições, acaba por restringir o conceito, dificultando sua adequação à sociedade atual, passados apenas 38 anos de sua elaboração. Mas qual é a ideia de patrimônio, atualmente? Para evidenciar e elucidar esta pergunta, apresentamos as ideias de CHAUÍ (2006: p. 117):

Pessoas, lugares, objetos, animais, meteoros, constelações, acontecimentos, instituições, estandartes, pinturas em navios e em escudos, relíquias podem ser semióforos, pois um semióforo é alguma coisa ou algum acontecimento cujo valor não é medido por sua materialidade e sim por sua força simbólica², por seu poder para estabelecer uma mediação entre o visível e o invisível., o sagrado e o profano, o presente e o passado, os vivos e os mortos, e, destinados exclusivamente à visibilidade e a contemplação, porque é nisso que realiza sua significação e sua existência. Um semióforo é algo único (por isso dotado de aura) e uma significação simbólica dotada de sentido para uma coletividade.

A ideia é a do patrimônio que é coletivo, que se refere ao legado cultural de uma sociedade, ou de toda a humanidade. O patrimônio histórico apresentado por CHOAY (2006, p. 11) consolida o conceito proposto por CHAUÍ.

Patrimônio histórico. A expressão designa um bem destinado ao usufruto de uma comunidade que se ampliou a dimensões planetárias, constituído pela acumulação contínua de uma diversidade de objetos que se congregam por seu passado comum: obras e obras-primas das belas-artes e das artes aplicadas, trabalhos e produtos de todos os saberes e *savoir-faire* dos seres humanos.

² Grifos meus.

Mas há, nesse caminho, outro importante vetor, que faz a necessária conexão entre o conceito de patrimônio, como bens de qualquer natureza pertencentes ao conjunto da sociedade, e os valores culturais, propriamente ditos, que ajudam a formar a identidade. Assim, há a possibilidade real de relacionar o patrimônio com identidade, na perspectiva de aproximar os laços entre coletividade e bens de valor cultural. Esta proposta é um ângulo de MAGALHÃES (2005 p.22)

O património cultural, enquanto testemunho de nosso passado, tem assumido uma importância cada vez maior no seio da sociedade, primeiro, modernas, depois, pós-modernas. Um conjunto de factores, iniciados com as revoluções inerentes à fundação da sociedade moderna, conjugados com outros que marcaram este mesmo período, como as duas guerras mundiais, conduziu a exaltação do património como objectivador das identidades nacionais.

No entanto, quando se discutem conceitos de patrimônio particular, surgem equações difíceis de resolver diante do que ele significa para um cidadão: uma vez que a origem da palavra se refere ao que é de herança familiar ou de valores materiais conquistados pela força de trabalho. A tendência natural é de que a pessoa queira preservar esse patrimônio particular pelo valor comercial e sentimental que representa. -

Mas, quando falamos em patrimônio histórico, cultural e natural, entendemos esses conceitos como bens coletivos. No entanto, a responsabilidade de preservar ou cuidar desse patrimônio costuma ser relegada ao outro – na maioria das vezes, ao poder público. Assim, as pessoas cuidam de suas propriedades, instalam alarmes, preocupam-se com a manutenção, cuidam delas com dedicação. Mas, quando o patrimônio é de toda a comunidade, tem-se a impressão que a maioria das pessoas se distancia dele, sem a plena noção de que aquele bem também é seu. Um possível caminho para resolver esse paradoxo do distanciamento entre o patrimônio e seus proprietários está no necessário reconhecimento coletivo dos valores que o grupo possui – construído sobre as vertentes estéticas da identidade. Como reflete ALVES (2009 p. 61):

É a identidade que confere originalidade e singularidade aos lugares e regiões, distinguindo-os de todos os outros territórios,

vizinhos ou distantes. A identidade local revela as formas e a intensidade da integração econômica e cultural dos lugares e regiões no passado e no presente. Preservar e reforçar as identidades locais constituem uma condição *sine qua non* para o futuro da economia e da sociedade.

É nítido, pois, que o patrimônio sozinho não tem representatividade. Para ser referência, é preciso que a comunidade se reconheça naquele espaço. Há a necessidade da coletividade. Neste grande movimento, o que favorece o encontro, a percepção e a valorização da sociedade sobre um monumento, uma obra de arte ou mesmo diferentes manifestações culturais, são as identidades.

Este fenômeno entrelaça as identidades com patrimônio e sugere que se vá além da transmissão para as gerações futuras: este pensamento se sustenta na permanência e vivência dos signos que compõem e diferenciam cada sociedade.

2.3 As identidades

Teia é um bom termo para se começar a refletir sobre o conceito de identidade. A palavra identidade tem uma gama de significados que são unidos pelo valor atribuído pela sociedade ao longo do tempo.

A concepção de uma identidade estagnada e amarrada em laços da época do Iluminismo não serve para a sociedade tecnológica do século XXI. HALL (2006 p.13) caracteriza com propriedade este novo sujeito:

A identidade torna-se uma “celebração móvel”: formada e transformada continuamente em relação às formas pelas quais somos representados ou interpelados nos sistemas culturais que nos rodeiam (Hall,1987). É definida historicamente, e não biologicamente. O sujeito assume identidades diferentes em diferentes momentos, identidades que não são unificadas ao redor de um “eu” coerente. Dentro de nós há identidades contraditórias, empurrando em diferentes direções, de tal modo que nossas identificações estão sendo continuamente deslocadas. Se sentimos que temos uma identidade unificada desde o nascimento até a morte, é apenas porque construímos

uma cômoda estória sobre nós mesmos ou uma confortadora “narrativa do eu” (veja Hall, 1990). A identidade plenamente unificada, completa segura e coerente é uma fantasia.

Esta visão de identidade sempre em movimento está intimamente ligada com a relação de tempo e espaço em transformação. Tudo é construído e reconstruído à medida que é conveniente para a sociedade. Essa relação é apresentada por AGIER (2001 p.11) em sua teoria sobre a abordagem construtivista da identidade:

Segundo esta abordagem, a realidade é “construída” pelas representações dos atores, e essa construção subjetiva faz parte ela própria da realidade que o olhar do observador deve levar em consideração. A abordagem construtivista da identidade vai mais longe que a simples recontextualização da questão. Dois momentos podem ser distinguidos na análise: por um lado, a necessidade experimentada por alguns grupos, categorias ou indivíduos de edificar, nesse ou naquele contexto, fronteiras simbólicas (é o momento da identidade); por outro, o processo de edificação ela própria, ou seja, o momento da criação cultural, que se define sempre no quadro procedente.

Considerando a identidade sob a ótica construtivista, podemos entender que o mérito de um legado cultural em uma sociedade não é o que está em jogo, mas, sim, como tal grupo percebe e procura se relacionar com determinado símbolo, patrimônio, fazeres, saberes etc. Esse processo se sustenta na busca incansável do ser humano de se encontrar no outro.

Encarando a identidade como uma performance rizomática³, e não como uma unidade, procura-se fugir da noção estagnada de identidade e caminha-se para uma visão cada vez mais ampla desse conceito, conforme argumenta HALL (2000, p.108):

³ Rizoma, para a botânica, é um caule que cresce horizontalmente, muitas vezes subterrâneo, podendo ter porções aéreas. Qualquer ponto de rizoma pode ser conectado a qualquer outro e deve sê-lo. Descentramento do sujeito, negação da genealogia, afirmação de uma heterogênesse em oposição à ordem filiativa do modelo de árvore e raiz. O rizoma é distinto disso tudo, pois não fixa pontos nem ordens - há apenas linhas e trajetos de diversas semióticas, estados e coisas, e nada remete necessariamente a outra coisa. Para os pensadores Gilles Deleuze e Félix Guattari, esta ideia precisava ser ampliada, uma vez que não comportava a multiplicidade. Ampliam o conceito, afirmando que rizoma seria como um ponto de partida para que as multiplicidades possam pensar por elas mesmas. (BORGES&CABRAL)

Essa concepção aceita que as identidades não são nunca unificadas; que elas são, na modernidade tardia,, cada vez mais fragmentadas e fraturadas; que elas não são, nunca, singulares, mas multiplamente construídas ao longo de discursos, práticas e posições que podem se cruzar ou ser antagônicos. As identidades estão sujeitas a uma historicização radical, estando constantemente em processo de mudança e transformação. [...] As identidades parecem invocar uma origem que residiria em um passado histórico com o qual elas continuariam a manter uma certa correspondência. Elas têm a ver, entretanto, com a questão da utilização dos recursos da história, da linguagem e da cultura para a produção não daquilo que nós somos, mas daquilo no qual nos tornamos.

E, para que possamos revisitar este passado, na busca exaurida das identidades, recorremos as nossas memórias, atendendo as nossas angústias no eterno recontar da história.

2.4. As memórias

O poeta Mário Quintana⁴ escreveu que o passado não reconhece o seu lugar: está sempre presente. Essa afirmação começa a ilustrar nossa ligação com o que já aconteceu. Mas, para ter acesso próprio a tudo quanto já passou, as pessoas dependem da memória. A visão poética de Quintana traz o passado sempre presente como uma condição humana. E esse passado se reconstrói através da memória. BRANDÃO (1987, p.64) também reflete sobre a relação passado e presente:

Temos hoje da crítica da História a certeza de que os homens falam sobre o passado pensando o presente e de que a memória social do acontecido não é mais do que a imaginação coletiva do acontecendo. Sabemos que não é apenas cada falante que recorda o momento vivido da memória de sua cultura, produz (dele e dela) uma interpretação pessoal, entre outras, como sabemos também que, em uma mesma pessoa que lembra, o próprio ato da lembrança tem a sua história e inscreve-se no contexto de como a cada vez, quem lembra vive, como um gesto e uma biografia, este contexto, nesta história. Podemos acrescentar ainda que, tornada uma experiência subjetiva e individualizada (as duas coisas são

⁴ Citado por Kledir Ramil no DVD Auto-Retrato, 2009, Som Livre.

diferentes), a lembrança dos fatos sociais inscrita em uma e como uma biografia, é, sempre, fortemente carregada de sensibilidades, imbuída de afetos vividos e revisitados quando reditos, por exemplo, em um diário pessoal ou em uma entrevista de pesquisa.

Porém, se relacionarmos a memória à existência do homem, acabamos por cruzar com a própria problemática da memória, conforme expõe FÉLIX (1998, p.35):

Se a pergunta pelo sentido da condição humana e de sua trajetória está na base da explicação para o fazer história como investigação-testemunho, a memória é um dos suportes essenciais para o encontrar-se dos sujeitos coletivos, isto é, para a definição dos laços de identidade.

Já a perspectiva de memória proposta por ALVES (2009, p.58) traz a palavra memória como conceito polissêmico que abrange, entre outros, os significados de meio de recordar e de mensagem (recordação).

Por outro lado, BOSI (1994, p.46), discute o conceito a partir das considerações sobre a função da memória:

[...] a memória permite a relação do corpo presente com o corpo passado e, ao mesmo tempo, interfere no processo “atual” das representações. Pela memória, o passado não só vem à tona das águas presentes, misturando-se com as percepções imediatas, como também empurra, “desloca” estas últimas, ocupando o espaço todo da consciência. A memória aparece como força subjetiva ao mesmo tempo profunda e ativa, latente e penetrante, oculta e invasora.

Na mão ou na contramão das discussões sobre a memória, para esta pesquisa, ela é o motor, ou melhor, o coração da relação envolvente, de um pulsar contínuo e com ritmos alternados, ora acelerados, ora mais lentos. No entanto, conforme BOSI (1994, p 48 e 49), a memória não é apenas uma.

De um lado, o corpo guarda esquemas de comportamento de que se vale muitas vezes automaticamente na sua ação sobre as coisas: trata-se da *memória-hábito*, memórias dos mecanismos motores. De outro lado, ocorrem lembranças independentes de quaisquer hábitos: lembranças isoladas, singulares, que constituiriam autênticas ressurreições do passado. [...] A *memória-hábito* adquire-se pelo esforço da

atenção e pela repetição de gestos ou palavras. Ela é um processo que se dá pelas exigências da socialização. [...] No outro extremo, a lembrança pura, quando se atualiza na *imagem-lembrança*, traz à tona da consciência um momento único, singular, não repetido, irreversível, da vida. Daí, também, o caráter não mecânico, mas evocativo, de seu aparecimento por via da memória.

Portanto, é preciso referir a palavra memória no plural, uma vez que tratamos de utilizar uma metodologia de pesquisa-ação, com ênfase nas narrativas, a partir de entrevistas coletivas. São três atores, moradores da Vila da Glória, que tiveram proximidade com a trajetória histórica da Ilha da Rita, nosso objeto de pesquisa.

Para HALBWACHS (2006, p.80) as lembranças coletivas viriam se aplicar sobre as lembranças individuais, e assim poderíamos agarrá-las mais cômoda e mais seguramente. Apoiados nessas memórias, portanto, a ideia é auscultar, à medida do possível, as relações dos moradores da Vila da Glória com a Ilha da Rita, buscando respostas para as questões da identidade das pessoas com o lugar, para saber se e até que ponto aquele é, efetivamente, um patrimônio cultural para a comunidade.

Mas, antes de mergulhar nas lembranças, vivências e narrativas desses moradores, é necessário visitar a história do lugar, presente nos registros e documentos que permanecem sob a tutela da Capitania dos Portos, museus e arquivos históricos mantidos pelo município de São Francisco do Sul. A historiografia documental é também ponto de partida deste estudo.

2.5 Breve histórico do Distrito do Sahy e da Ilha da Rita

A paisagem paradisíaca da Ilha da Glória abriga, além da exuberante natureza e das riquezas culturais de uma comunidade formada, em sua maioria, por colonizadores portugueses, histórias ímpares, especialmente no tempo do Brasil Colônia. Foi ali a primeira e única experiência de uma sociedade igualitária, fundamentada pelos princípios do filósofo francês Charles Fourier, que preconizava um sistema de associativismo – em que todos seriam sócios, ninguém patrão. O Falanstério do Sahy, inspirado em Fourier e proposto por um médico homeopata francês, fracassou – mas marcou de forma definitiva a história do lugar. Tanto quanto a instalação, na Ilha da Rita, de uma base naval brasileira, na Segunda Guerra Mundial. As histórias do lugar, curiosidades e paisagens integram as abordagens a seguir.

2.5.1 Vila da Glória: um lugar de encanto e tranquilidade

O distrito do Saí é um lugar que encanta a qualquer pessoa. Pertencente ao município de São Francisco do Sul, Santa Catarina, possui 105,7 quilômetros quadrados e contempla as seguintes comunidades: Vila da Glória, Praia Alvarenga, Praia Bonita, Estaleiro, Frias, Ramos, Torno dos Pintos, Caete, Lamin, e Saí-Mirim. Foi instituído como distrito a partir da Lei Provincial número 302, de 5 de abril de 1850.

É uma localidade que, passados mais de 400 anos, preserva ainda características de sua colonização. Com forte ligação com o mar, por conta da geografia do lugar, seus moradores têm um jeito pacato, muita simpatia e uma vontade de preservar a história local. A fala de seu Antonio da Silveira, 87 anos,⁵ registra o comportamento daquela comunidade: “Aqui nunca deu briga”, afirma Antonio. “Faz alguns anos que ocorreu o primeiro assassinato. Foi numa festa da Igreja e o morto não era daqui.” E ele continua: “A luta contra o mar

⁵ Entrevista publicada no Jornal de Santa Catarina de 14 de junho de 1978.

unia os homens da Vila. Na madrugada nevoenta, dezenas de pequenas canoas escavadas inteiriças no tronco de Garapuvu, saíam em busca de bons pescueiros”.

A comunidade que teve sua história escrita com ritmo próprio, caracterizada por sua fonte primeira de subsistência, que é a pesca, acaba por viver, hoje, um paradoxo com este mundo pós-moderno, de vasta tecnologia e baseado em consumismo, em que vivemos.

Por isso, quando deparamos com manifestações culturais de comunidades, como a do Distrito do Sahy, que ainda preservam seus laços identitários, que resistem (não se sabe até quando...) aos apelos da modernidade, somos levados a uma emoção ímpar.

A história da Vila da Glória, lugar onde a preservação da história tem voz e vez, é caracterizada pela diversidade de migrantes que chegaram à comunidade. Muito expressiva para um lugar que contempla um pouco mais de dois mil moradores. Famílias portuguesas, francesas e alemãs estão entre as principais deste eixo-migratório.

Os primeiros sinais de um início de colonização são de 1642. Seriam portugueses ou descendentes como aponta Ledoux⁶ (2005, p.01)

A povoação do Sahy iniciou-se em 1642 por portugueses ou descendentes, chegados através de Paranaguá, porém, as dificuldades de comunicação com a praia fizeram com que a existência do povoado ficasse ignorada por muitos anos, e somente mais tarde é que aconteceu a abertura de 3 picadas de acesso à praia na baía; sendo uma pela serra até Alvarenga, outra pelo Veloso até a Prainha e uma pela Água Branca até Jaguaruna. Os colonos, para comercializar produtos de suas lavouras, carregavam no ombro até a praia; as moradias eram ranchos cobertos de palha, cercados de ripa e nos quartos amarravam esteiras de palhas, como proteção contra o frio, enquanto o fogão era no chão e com fogo contínuo e mantido por tição grosso.

⁶ Quando pensamos em preservação da memória e da história da Vila da Glória, não podemos deixar de citar o Sr. Aurélio Ledoux, que foi o criador do Centro Cultural “Amigos do Sahy” - a serviço da história. Seus arquivos encontram-se disponíveis na sede da Associação Comunitária e Representativa do Saí – ASCOREDI, na Vila da Glória.

Outro fato histórico muito importante do Distrito do Sahy ocorreu durante o reinado de Dom Pedro II, em função do início do processo de industrialização do país. Apoiado nesta ideia, o francês Benoit Jules Mure, médico homeopata responsável pela abertura do primeiro consultório no Brasil, e que em Paris era o presidente de uma associação industrial, divulgou em 17 de dezembro de 1840 um artigo falando de suas pretensões em montar uma colônia industrial no Sul do Brasil. A colônia seria organizada segundo as utopias de Charles Fourier, autor do livro “Utopia Socialista”, que estava pautado no associativismo, sem empregados, apenas sócios. E bastava uma associação dessas funcionar que as outras iriam se espelhar, acreditava Dr. Mure.

S.THIAGO (1995, p.50) apresenta o médico homeopata:

À primeira vista, somos levados a pensar que esta imaginação incomum, utópica, exigente, capaz de antever a transformação da realidade indesejada, fizera de Mure um militante da Utopia. Mure saiu da Europa entusiasmado com a ideia de Fourier e foi o principal protagonista do episódio que envolveu cerca de 217 franceses instalados, por volta de 1842 e 1843, na Península da Saí, situada na Província de Santa Catarina, em frente à Ilha de S. Francisco do Sul. Entusiasmado com as ideias de Fourier, o Dr. Mure engajou-se no movimento fourieísta francês. Seu nome aparece, em 1840, numa subscrição em favor do estabelecimento de um primeiro falanstério em outro continente, como membro da União Harmoniana, de Lion, junto à Jamain e Derrion, seus futuros companheiros no Saí.

O objetivo principal era implantar na referida colônia uma fábrica de máquinas a vapor para atender ao governo e às companhias particulares, proporcionando a existência, enfim, de uma Marinha a vapor no Brasil, a qual daria forte impulso comercial e supriria a falta de estradas e dos caminhos de ferro projetados.

O imperador gostou da ideia do Dr. Mure e chamou-o para implantação imediata de sua proposta, ficando o ministro do Império, Cândido José de Araújo Viana, responsável por auxiliá-lo para a fundação da colônia projetada.

O Dr. Mure viajou para o Sul com a intenção de encontrar um lugar adequado para implantação da colônia. E acabou escrevendo em 27 de

fevereiro ao imperador, informando que o local escolhido havia sido São Francisco do Sul. O território determinado abrange hoje as áreas dos municípios de São Francisco do Sul, Garuva e Itapoá. Ele justificou a escolha: tinha vasto e fértil terreno, cachoeiras abundantes e elevadas, além da facilidade de comunicação com o Império através de Curitiba. Os motivos foram detalhados, conforme S. THIAGO (1995, p. 64):

Os motivos pelos quais teria escolhido este local para a realização do seu empreendimento foram tão ricamente detalhados por ele em carta dirigida ao redator do “Jornal do Comércio” (março de 1841), que não se pode furtrar de transcrevê-los.

“Aos 26° 6’ de latitude Sul e aos 31° de longitude Oeste, na costa do vasto Império do Brasil e a 10 léguas, quando muita da cadeia de montanhas que borda o seu litoral em toda a extensão, está situada uma ilha triangular, um delta formado pela duplicada foz do rio São Francisco, cuja ramificação setentrional, profunda e espaçosa, oferece um porto vasto que dá lugar a navegarem até a vila de São Francisco, navio de todas as dimensões e com a capacidade de corvetas e fragatas. Parece que a natureza se esforçou para criar neste lugar um centro comercial e militar de primeira ordem. A ilha da Graça, rochedo cônico que se eleva na foz do rio como um gigante inexpugnável, assegura-o contra qualquer agressão externa. A entrada é uma vasta bacia; ilhas situadas a oeste parecem formar o seu limite já muito extenso; prosseguindo, porém a viagem, largos canais que separam estas, nos abrem novas perspectivas e dão novas entradas para um segundo porto, não menos seguro e não menos vasto que o primeiro e sem rival nem no velho nem no novo continente. Todas as condições naturais do bom resultado parecem reunidas aqui: e se é imensa a sua importância, ainda maior é o das condições morais. A habilidade de nossos obreiros, as riquezas do rio São Francisco e o apoio do governo brasileiro, tudo pode perder-se ante as hostilidades das populações e a indiferença da autoridade local. Todavia por admirável coincidência, foi aqui que encontrei, e mais viva, essa simpatia que é tão necessária e que deve assegurar o triunfo de nossa grande aspiração.

Em janeiro de 1842, aportaram 100 pessoas, de um total de 217; um ano depois, chegaram mais 117, que eram encaminhadas diretamente para o Saí. A princípio, montaram uma forja que serviu para a fabricação das primeiras ferramentas necessárias, abriram estradas, fizeram uma represa, montaram uma grande serraria e uma olaria.

O Conde de Villeneuve tornou-se amigo do Dr. Mure e contribuiu para a colonização fundando o primeiro edifício societário que abrigava cerca de 20 famílias.

Sobre o morro do Cemitério Saí-Mirim, deveria ser edificado o falanstério que tinha como orçamento o valor de 6 milhões de francos. O falanstério deveria ser a casa da comunidade, teria escola, armazém, hospital e até um centro social, e tudo seria patrimônio dos produtores porque a ideia de Furier era o trabalho associado, e não a exploração.

A iniciativa fracassou porque o governo não cumpriu com a sua parte, as máquinas não chegaram e os colonos tiveram que derrubar a mata para produzir a própria alimentação. E os ofícios qualificados foram se perdendo, carpinteiros lavravam a terra, engenheiros abriam valas e a situação foi causando certo mal-estar nos produtores, ao ponto de que eles começaram a brigar, tanto que há relatos de que a polícia de São Francisco precisou atravessar o mar para apartar conflitos.

A já mencionada falta de máquinas, principal objetivo da colônia, associada à exaustão dos recursos e ao desânimo dos colonos, fez com que o utópico sonho não durasse dois anos.

Fracassava uma empresa originalíssima, idealizada por uma inteligência poderosa, mas pouco realista, e com ela o sonho de uma metrópole de renovação social, capaz de resolver a crise das nações superlotadas da Europa e provar que o homem melhor orientado poderia se refazer em uma humanidade mais feliz e solidária. Para S. THIAGO (1995 p.100),

A experiência do Saí, então, revela-se um campo de estudos bastante produtivo diante da possibilidade de se avaliarem as teorias de Fourier e as condições de vivenciá-las naquele momento. Mas também, neste aspecto, Fourier vislumbrou as limitações da sociedade em que viveu.

Em 1848 Dr. Mure regressava em definitivo à França, mas deixava no Saí o exemplo de que é preciso acreditar nas ideias, mesmo que na prática elas não ocorram, para jamais se punir pelo tormento de não ter tentado.

É neste espaço de sonho e utopia que o Distrito do Saí sustenta sua trajetória histórica.

2.5.2 A Ilha da Rita e a construção da Base de Abastecimento Naval

Sob uma ótica um pouco diferenciada, mas ainda assim motivo de orgulho para os moradores da Vila da Glória, outro acontecimento histórico importante foi a instalação da Base de Abastecimento Naval da Capitania dos Portos de São Francisco do Sul, na Ilha da Rita.

A escolha da Ilha para a esse propósito teve uma razão geográfica estratégica, devido à sua localização próxima ao continente (conforme imagem abaixo), o que facilitaria a construção dos tanques de abastecimento e, principalmente, a disponibilização de água potável para os navios – praticamente junto com a Ilha, a Marinha adquire também uma fonte de água no continente.

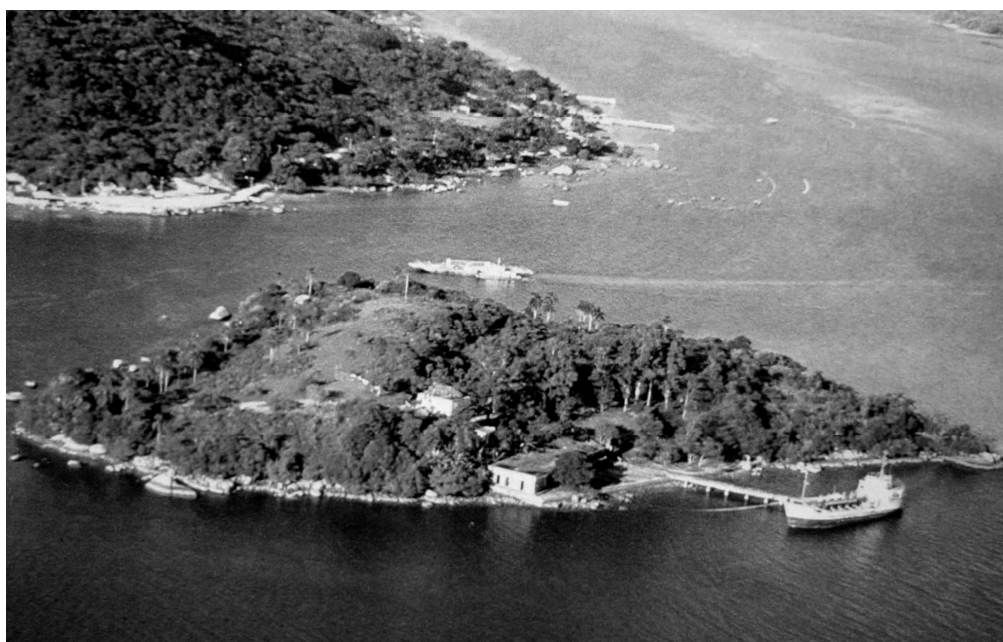


Imagem aérea da Ilha da Rita, mostrando a proximidade com o continente

⁷ Imagens foto Júlio e Marcelo, disponível no acervo de documentos sobre a Ilha da Rita da Univille.

2.5.3 Uma misteriosa Rita

A Ilha adquirida pela Marinha em 11 de outubro de 1918 do senhor Francisco José Dias de Almeida e sua mulher⁸, e que antes era chamada de Ilha Vicente Pinto, em referência ao seu primeiro proprietário, até hoje abriga um mistério com relação à origem de seu nome, conforme apurado por S. THIAGO e COELHO (2001 p. 56):

Quem foi Rita? A tradição oral revela que teria sido uma senhora que recebera das autoridades francisquenses licença para desenvolver na ilha sua pequena lavoura, já que foi bastante comum, durante todo o processo de ocupação da região, a cessão de uma ilha ou outra para particulares. A ilha do Maracujá, por exemplo, teria sido cedida a um senhor que ali cultivava a saborosa fruta.

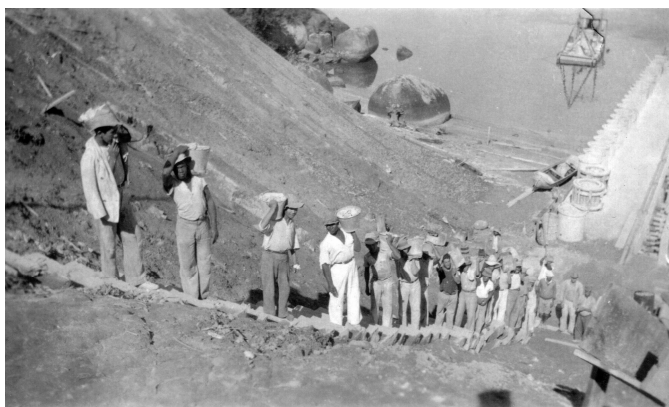
Segundo o prático Mário Bernstoff, grande conhecedor da região, quando os funcionários da Marinha foram fazer a carta náutica da baía da Babitonga, perguntavam aos moradores dos arredores como determinada ilha ou qualquer outro acidente geográfico era chamado, registrando na carta os nomes apontados pela gente do lugar. E assim teria sido oficializado, também, o nome da ilha da Rita. Segundo fontes oficiais, a ilha da Rita foi chamada anteriormente de ilha Vicente Pinto, nome de seu legítimo proprietário. Quando teria mudado de nome, no entanto, continua sendo um mistério.

A Base de Abastecimento Naval ali implantada dispunha de casa para o capitão, hospedaria para os fuzileiros, tanques de óleo e água, um trapiche de concreto para atracação de grande porte, além de um depósito para o armazenamento de carvão. Essa estrutura fornecia combustíveis para os navios aliados durante a Segunda Guerra Mundial.

Durante a construção, houve muita movimentação também no continente, uma vez que a água potável da fonte adquirida pela Marinha foi trazida através de grandes tubos que passavam debaixo do mar. No relatório apresentado pelo Capitão Tenente Álvaro Pereira do Cabo, oficial responsável pelas obras, ficam evidentes as dificuldades da construção, que teve cinco etapas no continente, que foram:

⁸ Registro de imóveis número 919, folha 30, documento da Delegacia do Porto de São Francisco do Sul.

Preparação do terreno e estudos, construção de um barracão de madeira para acampamento do pessoal e um trapiche de madeira para descarga do material, represa, ponte de cimento armado e conduto de água. A antiga represa não tinha altura suficiente para alimentar os tanques da ilha e tivemos que buscar uma outra fonte. Para o acampamento do pessoal e sede do nosso serviço, construímos um barracão de 15 metros por 12 com pequeno quarto [...] Nesta moradia dormiam cem trabalhadores em beliches. [...] Fizemos uma represa de cimento armado de alvenaria cercando toda a bacia que este manancial faz.[...] Para a passagem dos tubos condutores da água, houve necessidade de construir pontes. Verdadeiros precipícios formados pela natureza não nos deixaram livres desta construção.[...] Os tubos empregados para canalização da água são de ferro fundido de 4 polegadas de diâmetro.



Trabalhadores durante empreitada na Ilha da Rita



Trabalhador durante obras no continente⁹

Pode-se perceber, a partir da descrição das atividades, que os trabalhadores envolvidos nessa empreitada foram bastante exigidos. Houve doação e entrega desses homens, uma vez que as condições de trabalho eram mínimas e o prazo para a conclusão, muito curto. No relatório do Capitão Cabo¹⁰, ele relata

⁹ Imagens do acervo do museu histórico de São Francisco do Sul.

¹⁰ Relatório da Base Naval de Combustíveis de São Francisco, apresentado pelo Capitão Álvaro Pereira do Cabo, responsável pelas obras na Ilha da Rita e no Continente, em 10/05/1941.

as obras na ilha, que foram mais longas que as do continente, conforme etapas a seguir:

Estudo e preparação do local para os tanques, barracão, trapiche etc. Casa do zelador. Caixa d'água. Tanque de óleo combustível e diesel e respectivas caixas de foamites. Barracão de carvão e alojamento dos praças. Trapiche. Portão e entrada. Muro de arrimo. Iluminação. Escadaria e outras pequenas obras de cimento.

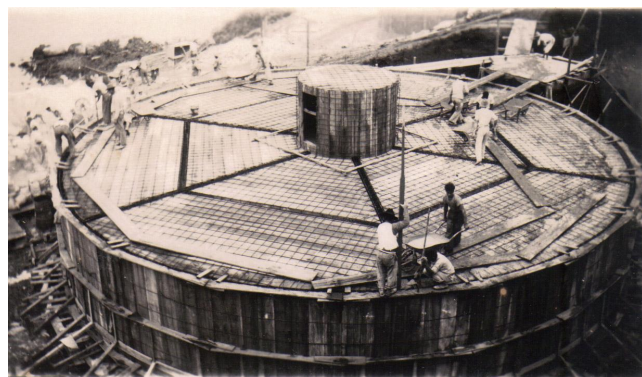
O oficial se empenhou em registrar cada fase da construção com riqueza de detalhes, em documento que deixa evidente o esforço em atender com rigor às necessidades e especificações daquele projeto, de fundamental importância política para o país – e também para os aliados, na Segunda Guerra.

A ilha completamente deserta e cheia de vegetação alta e de árvores que muito dificultava a nossa obra. Tivemos que derrubar todo o mato e distocar grandes troncos de árvore. [...] Levamos nesse serviço 20 dias. Casa do Zelador – Terraplanamos o terreno e levantamos uma linda residência de dois andares sob colunas e vigas de concreto armado. [...] O seu estilo é chalet moderno. Ótima residência com água encanada em todos os compartimentos. tempo da obra 3 meses e meio. Caixa d'água – A sua construção mereceu um estudo todo especial. Vigas bem fortes de concreto armado foram colocadas a 30 centímetros do solo em valetas e assim formamos sua base. [...] e tem capacidade para 150 metros cúbicos. Tanques de óleo combustível e diesel e respectivas caixas de foamites. O sistema de construção para ambos foi o mesmo só variando as dimensões. O primeiro é para 500 metros cúbicos e o segundo 250 metros cúbicos e os tanques suplementares no primeiro 400 metros cúbicos e no segundo de 200 metros cúbicos. [...] Vigas de concreto armado cruzadas em várias direções, semelhante a armação de um papagaio de 50 centímetros por 30 centímetros formam a base deste tanque. [...] A impermeabilização das caixas fica otimamente perfeita. [...] Terminadas estas caixas construímos em cima das mesmas pequenos tanques de foamite para o caso de incêndio com capacidade de 3 metros cúbicos. [...] O serviço mais trabalhoso foi o de forramento do cobre das caixas. [...] O serviço foi feito com muito cuidado e por especialistas vindos do Rio. [...] Tempo gasto nas obras na primeira 7 meses na segunda 4 meses. Barracão de carvão e alojamento de praças – O barracão foi construído na base do morro e tivemos de levantar um muro de pedra lateralmente e aterrar o local. Mede 16 metros por 40 metros por 8 de altura. [...] Capacidade para 3.000 toneladas de carvão. [...] amplas salas que servirão para alojamento e refeitório dos praças. Na primeira podem alojar 30 praças em cama tipo carioca. Tempo de trabalho 6 meses. Trapiche – É todo de concreto armado e em forma de T. Mede

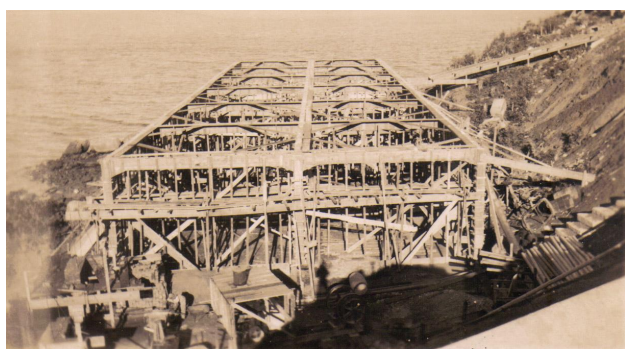
na parte longitudinal 80 metros e na horizontal 30 metros com 4 metros de largura. O travessão do T está orientada na direção das marés. Sua construção foi espinhosa pois não tínhamos os recursos necessários para essa tão importante obra.[...]Tempo de duração 14 meses. Portão de entrada – Toda de alvenaria e de lajes de concreto armado mede 11 metros de altura. O portão é de ferro um pouco trabalhado e a fechadura é de bronze. Tempo de duração da obra 30 dias. Muro de Arrimo – Mede o mesmo 50 metros de comprimento e tem 2 metros e meio de altura. Tempo gasto nesta construção 20 dias. Iluminação – A iluminação da ilha é dada por um motor OttoDeutz movido a óleo cru. Escada Ligando a parte baixa e alta da ilha existe uma escada de concreto armado com 44 degraus. [...] tempo gasto 45 dias.



Trabalhadores chegando à Ilha da Rita



Construção dos tanques de combustíveis



Construção do Barracão de carvão



Vista aérea da Ilha da Rita durante as construções¹¹

¹¹ Imagens do acervo do Museu Histórico de São Francisco do Sul.

A inauguração ocorreu em março de 1940. O relatório apresentado pelo capitão tenente Álvaro Pereira do Cabo informa que “as obras foram iniciadas em 1937 e terminadas em agosto de 1939 e sendo inaugurada em 8 de março de 1940 pelo Exmo. Sr. Presidente da República Dr. Getulio Vargas, com a presença de Sr. Ministro da Marinha Almirante Ghuilhem, Exmo. Sr. Dr. Nereu Ramos Interventor do Estado, e altas autoridades civis e militares”.



Chegada do Presidente Vargas à Ilha da Rita para a Inauguração da Base de Abastecimento de Combustíveis de São Francisco do Sul



Momento em que presidente Vargas inaugura a Base na Ilha da Rita.¹²

Sobre este momento político, S. THIAGO e COELHO (2001 p.54) sublinham a interação com a comunidade local, o papel que o Estado Novo de Getúlio Vargas começava a desempenhar no âmbito do conflito mundial.

A base de abastecimento da ilha da Rita foi inaugurada em 8 de março de 1940. Nesse período estava em pleno vigor o chamado Estado Novo, consolidando o governo autoritário do Presidente Getúlio Vargas. Sua política externa exigia definições e posições que ora manifestavam simpatia pela causa nazi-fascista (Alemanha e Itália), ora pelos aliados (Inglaterra, França e EUA) representantes do liberalismo. Viviam-se um período de incertezas, até que finalmente, em 1942, o Brasil, por força dos acordos, declarou-se ao lado dos aliados, firmando sua posição de porta voz dos Estados Unidos na América do Sul.

Vargas conquistara a simpatia de grande parte da massa de trabalhadores brasileiros a criar a idéia de um Estado protetor da classe operária, generoso. Essa imagem apagava da memória dessa classe toda a sua luta anterior por melhores condições de vida e trabalho. Com golpe de 1937 Vargas conduziu o Estado ao papel de tutor das classes sociais, reafirmando-se como o “pai dos pobres”, “grande benfeitor” e a referência máxima da nação.

A figura carismática de Vargas consolidou o já tradicional culto à personalidade, próprio da cultura política brasileira. Antes da

¹² Imagens do acervo do Museu Histórico de São Francisco do Sul.

sua chegada, os jornais de Joinville e região promoveram-lhe impressionante exaltação. O jornal A Notícia, particularmente, dedicou-lhe extensas e elogiosas matérias, o que reflete a simpatia declarada do seu diretor, Sr. Aurino Soares.

Este foi um momento glorioso da Ilha da Rita. Mesmo com o fim da guerra, em 1945, o funcionamento da base prossegue até a década de 60, pois lá ainda havia um pequeno corpo naval, que gerenciava e dava segurança ao local. Porém, é sabido, que aos poucos as instalações acabaram por se danificar em função de estarem sob ação direta do tempo e principalmente da maresia. S.THIAGO e COELHO (2001 p.56) ressaltam principalmente a questão dos problemas do armazenamento do óleo:

Em 1951 nenhum dos tanques de óleo apresentava condições de estanqueidade (ou estancamento) perfeita. O vazamento do tanque número 2, que continha óleo *diesel* era bastante problemático: o óleo escorria visivelmente em vários trechos da parede do tanque, numa quantidade aproximada de 35 litros diários.

No período de 1960 a 1970, segundo S.Thiago e Coelho (2001), a Marinha estava disposta a devolver a ilha à União. Diante disso, a Empresa Marítima e Comercial Ltda apresentou uma proposta para se responsabilizar pela manutenção da Ilha com a ideia de criar uma colônia de férias para seus funcionários. Na mesma época, a administração do porto também oficializa seu interesse em assumir a ilha para que pudesse fornecer água potável para os navios que atracam ali. A base foi desativada, em definitivo, no ano de 1968. E seu gerenciamento, transferido para a administração portuária de São Francisco do Sul.

Durante esse período conturbado de disputa, a maior prejudicada mesmo foi a população da Vila da Glória, que tinha aquele espaço como uma referência majestosa da localidade e via seu patrimônio ser perdido pelo tempo.

A Fundação Educacional da Região de Joinville – FURJ recebeu o status de universidade no ano de 1996, pois intensificava à época suas ações de pesquisa e extensão, qualificando e ampliando seu quadro docente. Fruto dessa grande transformação e de sua preocupação com o meio ambiente, a recém-criada Universidade da Região de Joinville – Univille apresentaria uma

proposta de criação de um Centro de Estudos e Pesquisas Ambientais na comunidade da Vila da Glória. E, assim, surgia também o interesse desta instituição pela Ilha da Rita, que objetivava a possibilidade de discussão pedagógica sobre a temática do meio ambiente, conforme descrito na justificativa de ocupação apresentada pela Univille¹³:

As questões ambientais, históricas, sociais e econômicas e o próprio nome da UNIVILLE, por si só já justificam um Campus avançado da Universidade da Região de Joinville na Ilha da Rita. Portanto, baseado nestas questões e na exposição de motivos acima descritos, esta Instituição de Ensino Superior pleiteia a criação na Ilha da Rita de uma base para pesquisas básicas e aplicadas, visando o monitoramento ambiental, social e econômico da Baía da Babitonga.

S.THIAGO e COELHO (2001) afirmam que, em 14 de junho de 1999, foi assinado o contrato de cessão de uso da Ilha para a Univille, por 99 anos¹⁴.

Toda esta história da Ilha da Rita ainda permanece nas lembranças dos moradores mais antigos da Vila da Glória. Além de ter sido partícipes da trajetória, os sábios senhores que ainda vivem têm recordações acesas sobre este patrimônio natural, arqueológico, histórico e cultural, e por isso a relevância de resgatarmos e ressignificarmos essas narrativas.

Garimpar, portanto, entre os moradores da Ilha da Glória, aqueles que, por sua idade e disponibilidade, pudessem ajudar a montar, primeiramente, um mosaico de memórias, que nos fornecessem subsídios para entender melhor o real papel da Ilha da Rita naquela comunidade – e devolver a eles esses novos significados através da disseminação da pesquisa entre os professores das duas escolas locais – foi o desafio inicial do projeto.

A experiência trouxe à tona, por exemplo, aspectos da historiografia oficial que não sensibilizaram nem tiveram maiores impactos junto à comunidade, bem como outros que eles consideram mais importantes, graças às conexões reais com suas vivências e rotinas. De qualquer maneira, a Base Naval que a Ilha da

¹³ Proposta de Ocupação da Ilha da Rita, Univille, julho de 1997.

¹⁴ Contrato de cessão de uso da Ilha da Rita, disponível na Assessoria Jurídica da Univille.

Rita abrigou durante vários anos – e objeto de orgulho da comunidade – é também importante ponto de partida para novas reflexões sobre o que os moradores consideram patrimônio histórico-cultural da Ilha da Glória.

Foi esta a razão da escolha deste projeto. Conhecia a Vila da Glória, mas queria entender melhor seus principais valores – e a curiosidade de pesquisadora elegeu a Ilha da Rita pelas aparentes divergências entre o que a historiografia oficial elencava como fundamentos histórico-culturais e os valores com que a comunidade se identificava.

A trajetória do projeto original, no entanto, precisou ser refeita e reestudada, considerando a impossibilidade de o projeto se estender às escolas da comunidade. Assim, instrumentalizados pelos mecanismos da pesquisa-ação, utilizando recursos audiovisuais para registrar as memórias dos moradores mais antigos – e associá-las em um conceito de memória coletiva, –, partiu-se para uma proposta de verdadeira “redescoberta” da Ilha da Rita, sob as lunetas de seus personagens principais, a própria comunidade. As razões e as estratégias deste trabalho é o que veremos, no capítulo a seguir.

3. TRAJETÓRIAS DE UMA PESQUISA NARRATIVA: ILHA DA RITA

Em função de meu trabalho, na Universidade da Região de Joinville - Univille conheci a Vila da Glória. Aquele pequeno pedaço de São Francisco do Sul me chamou muito a atenção. Um lugar onde o tempo passa sem pressa e as pessoas encaram a vida com outro ritmo.

Desde o momento em que pensei em uma pesquisa, foi aquele o primeiro lugar que me veio à mente. Queria saber mais sobre a história da construção da Vila. Ao mesmo tempo, como tenho uma relação intensa com a educação, gostaria também de propor um espaço de discussão para os moradores, a partir da educação e sensibilização patrimonial, problematizando em especial a temática das políticas de salvaguarda e a importância de ouvir a comunidade para que ela identifique quais são, realmente, os patrimônios daquela região. A ideia era despertar o interesse pelo assunto naquela localidade.

Foi então que propus um projeto de pesquisa, para cursar o Mestrado em Patrimônio Cultural e Sociedade da Universidade da Região de Joinville, com a intenção de dialogar, sobre a Ilha da Rita, com os moradores da Vila da Glória, sob a ótica da educação patrimonial. O objetivo inicial era construir a discussão com professores de educação básica daquela região, a partir da formação de um grupo de pesquisa. Para isso, seria necessário conseguir o aval da Secretaria de Educação de São Francisco do Sul. Este diálogo acabou se realizando e a recepção foi surpreendente. A secretaria não avalizou a realização de encontros mensais vespertinos.

No meio do caminho entre a aprovação pela Secretaria de Educação de São Francisco do Sul e a execução do projeto, houve uma mudança de gestão municipal. A equipe que assumiu entendeu que o projeto era interessante, mas julgou inoportuna a liberação dos professores uma tarde por mês para viabilização da pesquisa.

E, então, surgiu um impasse, que dificultou bastante o trabalho. Os professores francisquenses não adeririam à ideia, se tivessem que integrar o projeto em

horário fora de seu expediente normal. Infelizmente, como a comunidade da Vila da Glória tem apenas duas escolas, seria praticamente impossível manter um grupo de discussão. Ainda assim, sempre manifestaram considerável interesse na proposta de formação continuada – e prova disso foi a participação expressiva no projeto “Um Novo Olhar sobre São Francisco do Sul”, subsidiado pelo Programa Monumenta, do Iphan (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional), que tem por objetivo preservar áreas prioritárias do patrimônio histórico e artístico urbano e estimular ações que aumentem a consciência da população sobre a importância de se preservar o acervo existente. O projeto, dedicado à educação patrimonial, foi coordenado pela professora Raquel S. Thiago e realizado no ano de 2008, envolvendo 40 professores da rede municipal francisquense.

A pesquisa histórica e documental apresentada no primeiro capítulo foi executada pelas professoras Ilanil Coelho e Raquel S. Thiago. A pesquisa trouxe o sustentáculo teórico para a questão. Estávamos diante de um olhar sobre a Ilha da Rita. Diante do problema com a Secretaria Municipal de Educação, nos ocorreu que poderíamos, então, mudar o foco da pesquisa e revistar a história da Ilha da Rita nas vozes dos moradores mais antigos da Vila da Glória, o que acabaria por agregar novos elementos de análise à pesquisa já realizada, permitindo vislumbrar melhor a relação do patrimônio Ilha da Rita com a comunidade que a rodeia.

Assim, iniciamos uma busca por moradores que tivessem nascido e vivido na Vila no período considerado o mais importante, sob o ponto de vista histórico, um marco daquela comunidade, que foi a construção da base de abastecimento naval na Ilha da Rita.

Durante esse processo, pensamos que poderíamos nos apropriar de uma perspectiva de entrevistas coletivas. Teríamos, então, que primeiro identificar os moradores mais antigos da Vila da Glória e depois tentar articular encontros com essas pessoas. Como proposta inicial, pensamos em conseguir no mínimo seis idosos e marcar quatro encontros.

Porém, encontrar moradores com mais de 60, nascidos e crescidos na Vila da Glória e que estivessem dispostos a conversar, diante de uma câmera, sobre a trajetória da Ilha da Rita não foi tarefa fácil. Já tinha conhecimento que havia um senhor que se chamava Belarmino Borba, ou, melhor, o sr. Belo, pescador e canoeiro que morava ao lado do Centro de Estudos e Pesquisas Ambientais – CEPA, da UNIVILLE.

Como o “seu Belo” é uma pessoa de referência na Vila da Glória, fui conversar primeiro com ele sobre a pesquisa. Ele foi bastante receptivo e, já neste primeiro contato, me contou algumas de suas inúmeras histórias. Além de aceitar participar da pesquisa, o Sr. Belo, indicou mais alguns moradores que seriam nascidos na Vila. Conversamos sobre o melhor dia e ele falou em sábado, “porque no sábado a gente não tem tanto compromisso”.

Fui, então, procurar os senhores que me foram sugeridos, porém, apenas um deles aceitou falar. Entre os que não aderiram à pesquisa, um alegou que não tinha estudo suficiente e que não teria nada para contribuir; outro falou da impossibilidade por conta da religião – era adventista e não poderia nos encontrar aos sábados. O sr. Arthur Ledoux, mais conhecido por seu Tusa, foi quem aceitou o desafio. Convidamos também o sr. Paulo César Rocha, o Paulinho, que morou na Ilha da Rita em função de ser filho do sr. José Fernandes Dias, o Zé da Base (foto abaixo), marinheiro responsável por cuidar e manter a Ilha da Rita, depois que a base foi desativada.



Foto: arquivo pessoal do Sr. Paulinho

Uma tarde ensolarada e fria de sábado, nas dependências do CEPA Vila da Glória, em meados de agosto. Este foi o cenário de nosso primeiro encontro. Para quebrar um pouco a formalidade imposta pela filmagem, levei um café e um doce. Além disso, não liguei a câmera logo de início, deixei que eles iniciassem de forma natural suas histórias. Espaçados alguns minutos, informei que ligaria o equipamento. Esse processo pôde proporcionar um pouco de conforto aos participantes diante da câmera, porque o objetivo era que pudessem conversar sobre a Ilha da Rita de maneira tranquila, relatando suas experiências como em um bate-papo.

Como a ideia era proporcionar aos participantes um espaço de descontração para que falassem sem o compromisso formal de uma entrevista, a minha intervenção enquanto pesquisadora foi mínima. Vez ou outra, respondia uma indagação ou perguntava sobre algum tema que chamasse a atenção. A conversa era conduzida por eles mesmos, um assunto puxando o outro, às

vezes com pequena mudança de foco, brevemente retomado. Porém, os assuntos que poderiam ser considerados menos significativos pela pesquisadora poderiam ter outro significado para aquele grupo de pessoas entrevistadas.

O tempo, implacável como sempre, perdeu-se nas narrativas daqueles senhores. Quando nos demos conta, ele havia passado e o fim de tarde já se anunciava. Quando estávamos encerrando o encontro com o sabor iminente de “quero mais”, saí com a satisfação de que a experiência foi muito relevante para o desenvolvimento da pesquisa, mas, mais ainda, com a sensação de que os envolvidos estavam contentes e confiantes em dividir suas histórias.

Antes de encerrarmos, perguntei aos senhores se eles estariam dispostos a marcar outros encontros, sugeri um encontro mensal, e no último encontro, uma visita à Ilha da Rita. Assim conseguiria atender a metodologia proposta. O envolvimento de nossos narradores foi tamanho que eles perguntaram se poderiam em nosso próximo encontro trazer fotografias e peças militares que dispunham em arquivos pessoais.

O senhor do mundo chamado tempo, provocou uma revolução na metodologia deste projeto. Nosso segundo encontro não aconteceu no mês seguinte. O tempo não ajudou, as chuvas intempestivas foram responsáveis pelo cancelamento de, no mínimo, cinco encontros. Somado a isso, tivemos também a indisposição física dos entrevistados, que cancelavam nossos encontros por motivos médicos. O sr Tusa, durante esta pesquisa, adoeceu e achou melhor não participar mais.

Depois das intempéries do tempo, conseguimos fazer nosso último encontro, que seria a visita na Ilha da Rita. Nosso objetivo era proporcionar o retorno dos senhores àquele espaço e registrar esse reencontro passado tanto tempo. Contamos com a participação do sr. Belo e do sr. Paulinho. Esta visita também foi registrada em vídeo e, da mesma forma como nosso primeiro encontro, aconteceu de forma descontraída, como um bate-papo informal (imagem abaixo). Já durante a travessia de barco, os participantes começaram a

conversar. Nas conversas já acenavam lugares, acontecimentos, pessoas, enfim, história e trajetória.



Sr. Belo (à esquerda) e sr. Paulinho conversam junto ao prédio onde ficavam as instalações do alojamento, cozinha e banheiros dos navais.

Esses encontros foram, para mim, momentos de muita riqueza. Gerenciar conflitos de tempo, proporcionar conforto aos participantes e ainda olhar para a cena como pesquisadora foi, de maneira geral, um desafio. A metodologia de pesquisa-ação demanda um envolvimento ímpar do pesquisador, pois estamos envolvendo pessoas com expectativas, angústias, anseios. Não poderíamos, simplesmente, realizar o encontro e não retornar para apresentar os resultados. Além disso, concluído este estudo, vamos entregar, para cada um deles, uma cópia do registro em audiovisual – afinal de contas, nada seria possível sem a participação daquelas pessoas.

3.1 Pesquisa e ação

Para a realização de uma pesquisa, entende-se que o fio condutor e norteador é a metodologia. MINAYO (1994, p.16) afirma que metodologia é “o caminho do pensamento e a prática exercida na abordagem da realidade”. Ainda ressalta que a “metodologia inclui as concepções teóricas de abordagem e o sopro divino do potencial criativo do investigador”. Ou seja, o método inevitavelmente mostrará a linha que se pretende exercer durante a trajetória da pesquisa, desde o referencial teórico, passando, neste caso, pelas pesquisas de campo, e culminando na apresentação e discussão dos resultados.

A pesquisa com a comunidade da Vila da Glória sobre a Ilha da Rita teve sustentáculo no método de pesquisa-ação, pois era importante realizar uma imersão na comunidade da Vila da Glória, uma vez que gostaríamos de ouvir o que ela própria poderia contar sobre sua vizinha, a Ilha da Rita. Pensamos nos moradores mais antigos, em função de estes terem vivido o auge da base de abastecimento, durante a Segunda Guerra Mundial, e até os dias de hoje.

Não se pretende, aqui, elaborar resultados quantitativos, mas apresentar, análises relativas à importância de um patrimônio para uma comunidade. Assim, a pesquisa foi pensada e estruturada com as referências de uma pesquisa qualitativa, que, segundo GONÇALVES [et al.] (2008 p. 38), é dessa forma caracterizada:

[...] pode-se dizer que a pesquisa qualitativa compreende um conjunto de diferentes técnicas interpretativas que visam descrever e decodificar os componentes de um sistema complexo de significados por intermédio de atitudes como argumentação, testemunhos e/ou depoimentos e dados empíricos. Utiliza-se de procedimentos descritivos que possibilitem analisar as falas, os discursos, os escritos, os dados, de forma a relacionar as informações com a realidade do contexto social.

Além de caracterizar a pesquisa qualitativa, MINAYO (1994 p.21 e 22) apresenta as diferenças entre qualitativo e quantitativo em função de sua natureza:

A pesquisa qualitativa responde a questões muito particulares. Ela se preocupa, nas ciências sociais, com um nível de realidade que não pode ser quantificado. Ou seja, ela trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis. [...] A diferença entre qualitativo-quantitativo é de natureza. Enquanto cientistas sociais que trabalham com estatística apreendem dos fenômenos apenas a região “visível, ecológica, morfológica e concreta”, a abordagem qualitativa aprofunda-se no mundo dos significados das ações e relações humanas, um lado não perceptível e não captável em equações, médias e estatísticas.

Ampliando as considerações e vértices sobre a pesquisa qualitativa, o olhar de FÉLIX (1998 p. 79) consegue distinguir as pesquisas históricas, realidade deste estudo, por seus resultados finais – se apenas comprovam hipóteses ou apontam caminhos.

A pesquisa não precisa ter, obrigatoriamente, a formulação de hipótese; ela pode girar em torno de uma problemática central definida claramente. [...] Em geral, as pesquisas históricas se situam em dois modelos de condução: exploratórias ou comprobatórias. A pesquisa pode ser de caráter exploratório no caso de buscar resposta(s) à questão (ões) e/ou – identificação (ões) de variáveis na coleta de dados do universo empírico escolhido. É de caráter comprobatório, quando se propõe a testar e a comprovar uma ou mais hipóteses.

Somado a isso, foi importante dialogar com nosso método de pesquisa. Criada por Kurt Lewin, a pesquisa-ação, conforme GONÇALVES [et al.] (2008 P. 39), é um processo integrado por passos muito claros: análise, coleta de dados, conceituação dos problemas, planejamento da ação, execução e nova coleta de dados para avaliá-la. Também chamada de pesquisa de intervenção, propõe ações sistemáticas para resolver e manter em constante foco as questões identificadas no universo estudado. Em outras palavras, a pesquisa-ação extrapola os laços e espaços acadêmicos e se propõe a permanecer na

comunidade, sugerindo algumas respostas e procurando novos questionamentos.

A intervenção na comunidade foi feita sob o viés da observação participante, que é apresentada por NETO (1994 p. 59):

A técnica de observação participante se realiza através do contato direto do pesquisador com o fenômeno observado para obter informações sobre a realidade dos atores sociais em seus próprios contextos. O observador, enquanto parte do contexto de observação, estabelece uma relação face a face com os observados. Nesse processo, ele, ao mesmo tempo, pode modificar e ser modificado pelo contexto. A importância dessa técnica reside no fato de podermos captar uma variedade de situações ou fenômenos que não são obtidos por meio de perguntas, uma vez que, observados diretamente na própria realidade, transmitem o que há de mais imponderável e evasivo na vida real. [...] As questões centrais da observação participante, estão relacionadas aos principais momentos da realização da pesquisa, sendo um deles a entrada em campo. As capacidades de empatia e de observação por parte do investigador e a aceitação dele por parte do grupo, são fatores decisivos nesse procedimento metodológico, e não são alcançados através de simples receita.

A relação entre pesquisador e pesquisado foi intensa. Nossos resultados apontam para um olhar diferenciado sobre a Ilha da Rita, uma visão sustentada nas narrativas dos atores sociais da Vila da Glória que puderam vivenciar aquele espaço.

A aproximação com os sujeitos da pesquisa foi, de certa maneira, uma forma de contato importante para esta pesquisa. Durante as entrevistas foram observados hábitos, costumes, formas de falar e de se relacionar os outros. Realizamos os estudos sustentados pela observação participante, sinalizando o processo para a idéia do triângulo equilátero (figura 1) proposto por (BRITO&LEONARDOS, 2001 p.13):

Tal quadro baseia-se num triângulo equilátero, em que os principais elementos constitutivos do processo de pesquisa, no nosso entendimento - o pesquisador, a literatura científica e o objeto/sujeito de pesquisa -, estão colocados em cada um dos três vértices, tendo, em princípio, o mesmo valor. As relações

entre eles são expressas nas linhas de força estabelecidas ao longo das três vertentes, em que a combinação entra cada par de elementos se inscreve na relação triangular global e se beneficia de seus próprios elementos de mediação: a comunidade científica, entre o pesquisador e a literatura científica; a oposição senso comum versus senso científico, entre a literatura científica e o objeto/sujeito da pesquisa; e o filtro das metodologias de pesquisa, entre o pesquisador e o objeto/sujeito da pesquisa. Esse triângulo equilátero está, por sua vez, inscrito em um círculo que representa o processo de pesquisa em seu conjunto, de cujo centro irradiam as relações de poder e um feixe de preocupações éticas que inspiram práticas ou interações.

Utilizando a proposta do triângulo equilátero como sustentáculo desta pesquisa, torna-se visível e relevante a prerrogativa de inserção do pesquisador na comunidade. O que se pretendia, desde o começo, era ouvir a comunidade para somar este conteúdo às pesquisas historiográficas já realizadas. Dessa forma, ao partir do que já existe, o método de pesquisa-ação não exclui; ao contrário, destina-se a incluir, mediante o debate, propondo um diálogo com a comunidade, com o registro audiovisual dessas memórias. (BRITO&LEONARDOS 2001).

ESQUEMA DE DESCRIÇÃO DO PROCESSO DE PESQUISA

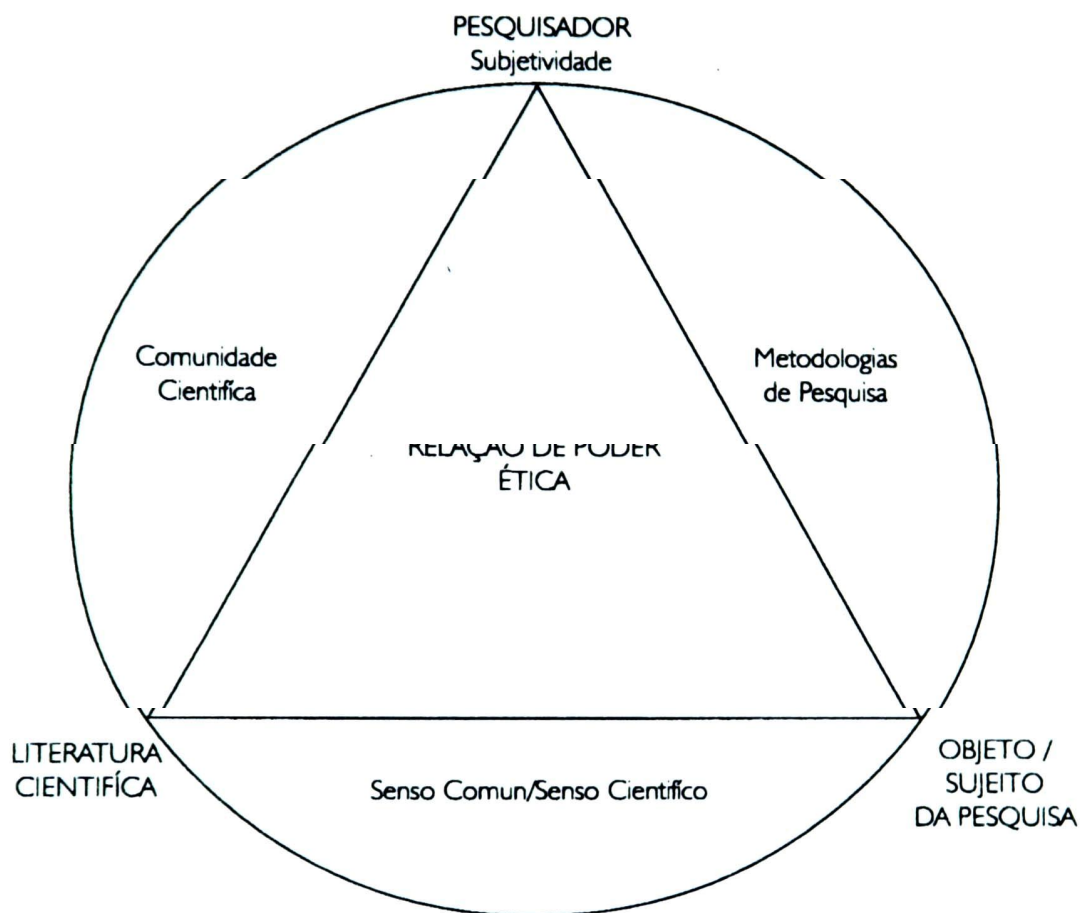


Figura 1: Esquema de descrição do processo de pesquisa proposto por BRITO & LEONARDOS (2001).

3.2 Memória social¹⁵, o papel do ancião guardião

Complementando a documentação oficial, que identifica a Ilha da Rita como guardiã de relevante parte da história daquela comunidade, as lembranças de personagens que vivenciaram o espaço de tempo em foco e suas decorrentes transformações ajudam a reescrever capítulos e a ilustrar fatos, remontando

¹⁵ A memória social é sustentada na premissa, segundo PERES & SILVA (2008), de que a memória também é uma construção coletiva e social, portanto cada indivíduo possui lembranças e vivências pessoais que envolvem uma trajetória de fatos acontecidos na sociedade.

situações e reconstruindo identidades. A memória aparece, então, como propulsora de novos pensares – que municiam a própria pesquisa com novos olhares – para o reconhecimento da ilha como patrimônio histórico e natural não apenas pela história oficial mas também pela sua identidade cultural e inserção plena na comunidade da Vila da Glória. DAVALLON (2007 p.25) enfatiza a engenharia da memória:

Uma primeira constatação se impõe imediatamente: para que haja memória, é preciso que o acontecimento ou o saber registrado saia da indiferença, que ele deixe o domínio da insignificância. É preciso que ele conserve uma força a fim de poder posteriormente fazer a impressão. Porque é essa possibilidade de fazer impressão que o termo “lembança” evoca na linguagem corrente.

Compactuando e ampliando o sentido do conceito de memória, enfatizando sua propriedade maior, que é a versatilidade, podemos referenciá-la, também, para além da visão psicologista da “memória individual”, como propõe e argumenta com clareza PÊCHEUX (2007 p. 51):

Memória deve ser entendida aqui não no sentido diretamente psicologista da “memória individual”, mas nos sentidos entrecruzados da memória mítica, da memória social inscrita em práticas, e da memória construída pelo historiador. O risco evocado de uma vizinhança flexível de mundos paralelos se deve de fato à diversidade das condições supostas com essa inscrição: é a dificuldade - com a qual é um dia preciso se confrontar - de um campo de pesquisas que vai da referência explícita e produtiva à linguística, até tudo o que toca as disciplinas de interpretação: logo a ordem da língua e da discursividade, a da “linguagem” a da “significância” (Barthes), do simbólico e da simbolização...

Dessa forma, a memória se caracteriza e se afirma como o motor da preservação das culturas e identidades de um comunidade. É ela que pode dar voz as lembranças e estreitar laços com as tradições. BOSI (1994, p. 82 e p. 83) descreve com precisão os encontros e desencontros do velho enquanto guardião de seu bem maior, a memória:

Um mundo social que possui uma riqueza e uma diversidade que não conhecemos pode chegar-nos pela memória dos

velhos. Momentos desse mundo perdido podem ser compreendidos por quem não os viveu e até humanizar o presente. A conversa evocativa de um velho é sempre uma experiência profunda: repassada de nostalgia, revolta, resignação pelo desfiguramento das paisagens caras, pela desaparecimento de entes amados, é semelhante a uma obra de arte. Para quem sabe ouvi-la é desalienadora, pois contrasta a riqueza e a potencialidade do homem criador de cultura com a mísera figura do consumidor atual.

Hoje, fala-se tanto em criatividade... Mas, onde estão as brincadeiras, os jogos, os cantos e danças de outrora? Nas lembranças de velhos aparecem e nos surpreendem pela sua riqueza. O velho, de um lado, busca a confirmação do que se passou com seus coetâneos, em testemunhos escritos ou orais, investiga, pesquisa, confronta esse tesouro de que é guardião. De outro lado, recupera o tempo que correu e aquelas coisas que, quando as perdemos, nos fazem sentir diminuir e morrer.

A memória dos idosos, nas relações humanas, merece sempre respeito. É dela que a sociedade pode beber para a construção de sua identidade. A memória, neste caso, é vista como referência. Com as histórias de nossa história, construímos e desconstruímos nossa estreita e necessária relação com as origens e com a formação de nossa identidade. E, para que esse processo se desenvolva, devemos compreender a memória como algo que não está acabado, conforme ALVES (2009, p. 59):

Memória é, então, tudo aquilo que identifica a humanidade com algo por ela construído, que identifica os indivíduos entre si, mas que por outro lado, também os tornam únicos como comunidade. Contudo, sendo a memória um processo, como referem Jeffrey K. Olick e Joyce Robbins, encontra-se a cada presente, em constante revisão e ritualização. Assim, sendo a memória um elemento fundamental para a formação da identidade e, atendendo a que a mesma se encontra em constante reatualização e revisão, “não é algo que nos seja entregue na sua forma inteira e definitiva; ela constrói-se, e transforma-se ao longo da nossa existência”, como observou Amin Malouf.

A memória que desorganiza o espaço e contesta o triunfalismo dos poderes estabelecidos não é a sacralização de uma história contínua e única (CHAUI 2006). Se fosse assim, ela, a memória, tornaria-se igual à proposta da historiografia oficial. Ela objetiva e vai além dessas fronteiras, promovendo o movimento a partir da própria sociedade a ser pesquisada.

A proposta de registrar as narrativas dos idosos de Vila da Glória sobre a Ilha da Rita foi marcada também pela perspectiva do registro coletivo. Ao articularmos os encontros dos moradores para uma conversa sobre a Ilha da Rita, em especial sobre a construção e atividades da Base de Abastecimento Naval, fomos motivados pela ideia de HALBWACHS (2006 p. 32,33), que conceitua a memória coletiva:

Essas imagens talvez não reproduzam muito exatamente o passado, o elemento ou a parcela de lembrança que antes havia em nosso espírito talvez seja uma expressão mais exata do fato - a algumas lembranças reais se junta uma compacta massa de lembranças fictícias. Inversamente, pode acontecer que os testemunhos de outros, sejam os únicos exatos, que eles corrijam e rearranjem a nossa lembrança e ao mesmo tempo se incorporem a ela. [...] É preciso que a partir de então não tenhamos perdido o hábito nem o poder de pensar e de nos lembrar na qualidade de membro do grupo, do qual este testemunho e nós fazemos parte - ou seja, colocando-nos em seu ponto de vista, e usando todas as ideias comuns a seus membros.

Em seus estudos, HALBWACHS (2006 p. 39) não se preocupou em apenas conceituar a memória coletiva. Como a temática é bastante problemática, o autor evidenciou características do processo de construção e dos laços que são favorecidos com este método:

Para que nossa memória se aproveite da memória dos outros, não basta que estes nos apresentem seus testemunhos: também é preciso que ela não tenha deixado de concordar com as memórias deles e que existam muitos pontos de contato entre uma e outras para que a lembrança que nos fazem recordar venha ser reconstruída sobre uma base comum. Não basta reconstituir pedaço a pedaço a imagem de um acontecimento passado para obter uma lembrança. É preciso que esta reconstrução funcione a partir de dados ou de noções comuns que estejam em nosso espírito, e também no dos outros, porque elas estão sempre passando destes para aquele

e vive-versa, que será possível somente se tiverem feito parte e continuarem fazendo parte de uma mesma sociedade, de um mesmo grupo.

As entrevistas, neste caso, foram um instrumento riquíssimo de análise desta pesquisa. Os recortes entrecruzados apresentados pelos entrevistados sobre a Ilha da Rita dão conta de uma imensidão de informações que se perpetuaram em suas vidas e que mereceram devido destaque sobre o objeto em questão.

Respeitando o espaço do pesquisador e do entrevistado, em nossos encontros desenvolvemos uma forma de entrevista, ou melhor, duas: a entrevista não estruturada e a entrevista em grupo, conceitos esses que favorecem o encontro com a perspectiva de uma memória social. Ambas são apresentadas e evidenciadas por MAY (2004 p. 149, 151).

A diferença central dessa forma de entrevista em relação à entrevista estruturada ou semi-estruturada é o seu caráter aberto. [...] Alguns podem considerar isso como uma licença para o entrevistado simplesmente falar sobre uma questão da maneira que escolher. Não obstante, essa desvantagem aparente é transformada em uma vantagem, porque há uma preocupação com a perspectiva da pessoa sendo entrevistada e estas coisas, como aparentemente divergir do tópico específico, podem de fato revelar algo sobre suas preocupações (Bryman, 1988). [...] As entrevistas de grupo constituem uma ferramenta valiosa de investigação, permitindo que os pesquisadores explorem as normas e dinâmicas grupais ao redor de questões e tópicos que desejem investigar. A extensão do controle da discussão do grupo determinará a natureza dos dados assim produzidos. Nessa grande categoria de técnica de entrevista, um método que se tornou mais amplamente conhecido nos últimos anos foi o *grupo focal*. A diferença principal entre o formato de grupo e o de grupo focal é que, no último, os participantes são encorajados mais explicitamente a falar uns com os outros, em oposição a responder às perguntas de uma pessoa de cada vez (Kitzinger e Barbour, 1999).

A voz dos entrevistados, nesse sentido, não é apenas emissão de sons, mas perpassa o universo da comunicação fazendo valer sua representatividade e sua força conjunta como participante de um olhar sobre a construção, em seu mais amplo conceito, do objeto estudado, nesse caso, a Ilha da Rita. CUNHA

(2008) reflete sobre os papéis do pesquisador e do depoente durante a trajetória da pesquisa: “O passado, para o pesquisador, tem uma dimensão de algo a ser compreendido; e, para o depoente, é a vida, com glórias ou não, sofrimentos muitas vezes; por esta razão, é forçosa uma interação com o objeto de estudo.”

Em função da metodologia da pesquisa, trouxemos a proposta de um registro em forma de dissertação na abordagem também narrativa. BENJAMIN (1980 p. 62) considera a narrativa como uma forma artesanal de comunicação e afirma sobre a prática: “Não pretende transmitir o puro ‘em si’ da coisa, como uma informação ou um relatório. Mergulha a coisa na vida de quem relata, a fim de extraí-la outra vez dela. É assim que adere à narrativa a marca de quem narra, como a tigela de barro a marca das mãos do oleiro”.

MACHADO (2004 p. 182) concebe, com poética e delicadeza, a narração e a qualidade do que é relatado, como diretamente relacionada à qualidade da recordação.

Penso que o efeito das narrativas tradicionais nas pessoas, [...] além do sentimento de pertencimento, tem a ver com a qualidade da recordação. É como se essas narrativas produzissem uma inserção da verticalidade simbólica na horizontalidade imaginária. [...] E, de repente, a pessoa pode ter um vislumbre que atravessa verticalmente o horizonte de sua experiência imaginária pessoal, trazendo-lhe, pro um instante, uma dimensão que abarca todos os tempos e lugares, de uma só vez.

Não sendo dessa forma, a pesquisa poderia se fragilizar e cair na beirada da contradição. Respaldados por este viés, podemos afirmar que estamos (re) contando a história da Ilha da Rita, com base na memória social.

Hoje, conseguimos interpretar melhor as imagens e os signos atrelando-os à importância de contar histórias, em função do entendimento de que não há como cristalizar a história. Assim, ganha força a representatividade da oralidade na ação de contar e recontar histórias, como descrito por MACHADO (2004, p.27):

Acredito que o momento de contar histórias e também o trabalho que se possa fazer com elas têm uma função, digamos, em si e ao mesmo tempo uma função ligada ao papel que o exercício da imaginação desempenha no processo de construção de conhecimento como um todo.

O contar histórias e trabalhar com elas como uma atividade em si possibilita um contato com constelações de imagens que revela para quem escuta ou lê a infinita variedade de imagens internas que temos dentro de nós como configurações de experiência.

3.3 Registro das entrevistas: o audiovisual

A característica marcante da sociedade pós-moderna pode ser apresentada pela congruência infinita de informações. Dentre essas referências, a imagem surge como marca ramificada nesse processo que modificou consideravelmente o olhar para o mundo.

Nesse sentido, optou-se pelo registro audiovisual das entrevistas realizadas para a pesquisa. A perspectiva apresentada emerge do conceito de registro, que ousa ao ultrapassar os limites do áudio, agregando o visual. Torna-se evidente e urgente uma ampliação do conceito de leitura que possa contemplar a leitura de imagens. HERNANDES (2007 p. 28) defende esta visão:

Fale-se muito nestes tempos sobre “o visual” e o olhar (Mitchell, 2000; Walker e Champlin, 2002; Mirzoeff, 1998, 2003; Brea, 2005). É nos dito que vivemos em um mundo em que tanto o conhecimento quanto muitas formas de entretenimento são visualmente construídos. Um mundo onde o que vemos tem muita influência em nossa capacidade de opinião, é mais capaz de despertar a subjetividade e de possibilitar interferências de conhecimento do o que ouvimos ou lemos. Fala-se, utilizando uma metáfora bélica, que vivemos em um mundo onde as imagens nos bombardeiam. Por isso, não nos soa estranho que hoje se fale com preocupação do aumento de “analfabetos visuais” e que surjam vozes clamando pela reestruturação da escola, dos museus e das universidades, de maneira que, nestas instituições seja possível aprender

práticas vinculadas a um novo alfabetismo visual (*visual literacy*), da mesma forma que há interesse em que a educação fundamental incorporar a perspectiva de “múltiplos-alfabetismos”. “As pessoas analfabetas do século XXI serão aquelas que não saibam construir narrativas com imagens” (Bigas Luna, diretor de cinema)

A trajetória para a construção do entendimento de imagem que extrapole os caminhos simplistas por vezes se torna paradoxal. Se por um lado ela é responsável por ampliar o entendimento, uma vez que podemos construir nossas reflexões sobre ela, na outra via, sempre será um recorte, ou seja, a visão de alguém sobre alguma coisa. Para propor uma concepção de imagem que possa ir além da representação, DAVALLON (2007 p. 28) argumenta:

Eis o que nos conduzirá talvez a encarar a imagem sob um prisma particular: menos a nos interessar pelo que a imagem pode representar (os objetos do mundo), ou ainda pela informação que ela pode oferecer, nem mesmo pelo o modo como ela efetua um ou outro desses processos, do que a prestar atenção à maneira como certa imagem concreta é uma produção cultural - quer dizer, a levar em consideração sua eficácia simbólica. Com efeito, aquele que observa uma imagem desenvolve uma atividade de produção de significação; esta não lhe é transmitida ou entregue toda pronta. Esse estado de coisa abre, como aliás insistem em nos fazer observar, a uma liberdade de interpretação (o que quer dizer que o conteúdo “legível”, ou antes “dizível”, pode variar conforme as leituras); mas o que faz também - e não se poderia esquecer este ponto - com que a imagem comporte um programa de leitura: ela assinala um certo lugar ao espectador (ou melhor: ela regula uma série com a passagem de uma a outra posição de receptor no curso de recepção) e ela pode “rentabilizar” por si mesma a competência semiótica e social desse espectador.

Caracteriza-se, dessa maneira, a importância do registro em audiovisual para esta pesquisa, que irá promover o encontro de imagem com seus signos e proporcionar aos leitores possibilidades amplas de interpretação, dada a materialização dos sentidos: audição e visão. Além disso, o registro pode ser apresentado como forma de documento – que, ocupando esse espaço histórico, provoca uma pequena modificação no conceito da estratificação e enraizamento das pesquisas históricas, que insistiam, até a intromissão da

corrente da Nova História¹⁶, na perpetuação da memória dos vencidos. A ótica de MORETTIN (2005 p.140) discute esta questão:

O aspecto documental viria da percepção de que as imagens captadas pela câmera retratariam o real, permitindo o registro de memórias de eventos, personagens e ações que constituiria documento a ser transformado em história pelos profissionais competentes, como se não houvesse mediação de nenhuma espécie entre o sujeito e seu objeto e como se esse olhar não dialogasse com outras matrizes de representação. [...] Integrante de uma corrente cujo elo reside na vontade de ampliar as fronteiras de circulação do saber histórico, atribuindo novos papéis a função do historiador, o cinema incorpora-se a um circuito de produção e incorporação da memória.

No cinema brasileiro, podemos verificar esta incorporação da memória no filme intitulado “Narradores de Javé”. O roteiro do filme é de Eliane Caffé e Luis Alberto de Abreu, com direção de Eliane Caffé (2004).

O enredo se desenvolve a partir do anúncio de que o pequeno vilarejo do Vale de Javé seria extinto para dar lugar ao “progresso” que viria com a instalação de uma barragem. Os moradores, descontentes com a situação, reúnem-se para pensar em uma solução e descobrem que a única saída seria tornar o Vale de Javé um patrimônio histórico. Tombado, o lugarejo no sertão baiano não seria invadido pelas águas do progresso. Para isso, precisavam registrar esta história a partir de um “dossiê científico”.

Acontece que os moradores não sabiam escrever. Mesmo contrariados, os moradores se veem sem saída e são obrigados a solicitar ao malandro Antonio Biá que escrevesse os fatos históricos mais marcantes do Vale. Ele ficou responsável por ouvir morador por morador e escrever suas histórias. O resultado dessa peregrinação para salvar a história de Javé é uma mistura de histórias que foram sempre perpetuadas a partir da oralidade. As origens foram sempre ecoadas pelas vozes de seus moradores.

¹⁶ Para LE GOFF(1998), a história nova reivindica a renovação de todo o campo da história

O roteiro do filme foi construído de tal maneira, que se torna tênue a linha que separa a ficção da realidade. Isso pode ser percebido porque, mesmo estando no ano de 2010, ainda temos muita dificuldade em nos desvencilhar de uma história única. Fragmentar a história pode, involuntariamente, dar a sensação de que a memória perdeu seu status. Ao mesmo tempo, é urgente e necessária uma nova visão sobre as identidades culturais de uma sociedade.

A primeira grande questão abordada no filme se refere ao conceito de identidade nacional. Movimento esse que por muito tempo respaldou os processo de tombamento e a concepção de patrimônio a partir dos registros da denominada história oficial, conforme FUNARI&PELEGRINI (2006 p.20):

Em primeiro lugar, o patrimônio é entendido como um bem material concreto, um monumento, um edifício assim como objetos de alto valor material e simbólico para a nação. Parte do pressuposto de que há valores comuns, compartilhados por todos, que se consubstanciam em coisas concretas. Em segundo lugar, aquilo que é determinado como patrimônio é o excepcional, o belo, o exemplar, o que representa a nacionalidade. Uma terceira característica é a criação de instituições patrimoniais, além de uma legislação específica. Criam-se serviços de proteção do patrimônio, como museus, formando uma administração patrimonial. Essa burocracia foi composta por profissionais de diversas formações e especialidades, principalmente arquitetos, historiadores de arte, historiadores, arqueólogos, geógrafos, antropólogos e sociólogos, entre outros.

Outro olhar importante proposto pelo filme diz respeito ao abandono político com relação dos moradores. Um reflexo do que ocorre em nosso país. Afirma-se que o Vale de Javé é um lugar ideal para a construção de uma barragem. Mas quem está preocupado com as famílias que habitam aquele espaço – uma comunidade tão cidadã e merecedora de respeito como qualquer outra?

Porém, como sempre neste país, por não pertencerem a uma elite, devem acatar o que lhes foi dito, afinal, é o progresso do país que está em jogo. Até quando vamos continuar aceitando de forma inerte este modelo imposto pela máquina do consumismo, se vivemos em um regime de democracia? ALVES (<http://www.letras.ufmg.br/atelaetexto/revistatxt3/carolina.htm>, acesso em 01/04/2010) evidencia esta ótica de maneira coerente:

Mas a realidade imaginária de Javé não é exatamente uma ficção no âmbito do Brasil. Trata-se de uma realidade comum no país, onde vários projetos para a criação de usinas hidrelétricas têm tornado necessária a destruição de povoados e municípios ribeirinhos, colocando em risco a preservação da memória e, conseqüentemente, da identidade dos moradores desses lugares. O Ministério de Minas e Energia, em parceria com grandes empresas, tem amparado projetos de produção de energia hidrelétrica por meio da construção de barragens fornecedoras. E os moradores dessas regiões são transferidos para um novo espaço, em troca da destruição de seus lares pelo governo e/ou por grandes empresas interessadas nas usinas hidrelétricas.

Essa troca contribui potencialmente para a destruição da identidade das comunidades que são desalojadas pelos grandes empreendimentos hidrelétricos. As populações dessas cidades são vítimas de uma imposição que as leva a ver a própria terra, a cidade, a vida e as suas recordações, tudo desaparecendo debaixo da água da represa, sem nenhuma possibilidade de defesa. Como conservar a memória da cidade, do povo daquele lugar, numa situação como essa? Como e onde fica a história desses povoados pobres, com moradores pouco instruídos, muitos até analfabetos ou semi-analfabetos? Essas são perguntas facilmente imagináveis, dado que no país há muitos grupos cuja identidade e história ainda se constrói oralmente.

3.4 Registrando o processo

O registro foi estruturado pensando em recortes que pudessem evidenciar as relações dos moradores com o espaço da Ilha da Rita. Além disso, as imagens dos encontros e da visita *in loco* também foram importantes para evidenciar a leveza e o envolvimento dos moradores, como demonstra o processo de entrevistas realizado. Há um registro de cerca de duas horas, que foram editadas em um vídeo de aproximadamente 10 minutos. Objetiva-se, então, realizar um curta-metragem, como resultado das entrevistas realizadas.

A ideia é resultado de uma necessidade intrínseca de obter uma visão mais completa da pesquisa – por mais que nos esforçássemos para fazer o registro

literal das falas, elas não traduziam, em forma e estética, toda a concepção artístico-cultural que aqueles momentos propiciavam.

O vídeo mostra imagens do patrimônio edificado da Ilha da Rita, bem como, sua reserva ambiental. Ao fundo, são apresentadas as narrativas dos idosos sobre o espaço que está sendo exibido. Os personagens são os atores sociais da Vila da Glória, aqui tratados pelos “nomes verdadeiros”, seus apelidos, o elo entre eles e sua comunidade: os senhores Paulinho, Belo e Tusa.

Alguns assuntos devem merecer destaque. As informações ricas e precisas de como foi a construção de toda a estrutura da Base na Ilha; as discussões sobre quem foi Rita, ou melhor, por que a Ilha recebeu este nome, são enfocadas. As conversas sobre a presença ou não de Getúlio Vargas na inauguração da Base de Abastecimento de São Francisco do Sul foram desenvolvidas exatamente da maneira como durante a entrevista, ou seja, cercadas de muita descrição. Na ilustração desses fatos, optou-se por não colocar legendas, porque poderiam, de alguma maneira, interferir na leitura.

O vídeo apresenta privilegiadamente alguns momentos importantes que ressaltam o processo de pesquisa a partir dessas narrativas, à luz da livre expressão dos entrevistados, como a descrição do primeiro dia de trabalho do Sr. Belo, na Base da Marinha, no ofício de transportar lenha, narrado com riqueza de detalhes. Fica nítida a transparência da narração, percebe-se a ausência de obrigação em depor pelo sorriso e ar de satisfação em dividir tais memórias.

Os momentos do percurso de barco, na baía da Babitonga, até a Ilha, também mereceram destaque, pela conversação entre pesquisador e pesquisados. O ângulo de visão, que se caracteriza pelo olhar do mar sobre a Ilha, apresenta-se como base para beber da fonte da memória. Sendo assim, mereceu respaldo e registro na edição.

A pesquisadora convidou o professor Nilton Santo Tirotti, pesquisador da linguagem de vídeo, para fazer a edição das imagens. Dessa forma, vale ressaltar, que o vídeo, feito a quatro mãos, não se limitou a um registro – deu origem a uma produção artística, guardando, claro, o toque de poesia que o

tema inspirou. Portanto, o vídeo é uma outra maneira de contar a mesma história. Intercala imagens, falas, insere o texto dissertativo, registra e analisa, sob um recorte teórico-metodológico.

Assim, os resultados, as discussões e um emaranhado diverso de memórias da Ilha da Rita e da Base de Abastecimento Naval são apresentados em forma de narrativa, no capítulo que segue.

4. HISTÓRIA E MEMÓRIA DA ILHA DA RITA NARRADAS PELOS ATORES SOCIAIS DA VILA DA GLÓRIA

O bom contador de histórias é
alguém que de alguma maneira se
dispõe a ser um porta-voz desse
tesouro

Regina Machado

As vozes, muitas vezes cansadas, que também podem contar histórias da Ilha da Rita, estiveram silenciadas e esquecidas pela já apresentada história documental registrada da Ilha. Pescadores, pequenos comerciantes, marinheiros, entre outros, são pessoas que moram na Vila da Glória e que puderam vivenciar a construção desse espaço.

As narrativas que vamos apresentar são “memórias sonho”, segundo apresenta BOSI (1994 p. 81 e 82):

Se existe uma memória voltada para a ação, feita de hábitos, e uma outra que simplesmente revive o passado, parece ser esta a dos velhos, já libertos das atividades profissionais e familiares. Se tais atividades nos pressionam, nos fecham o acesso para evocação, inibindo as imagens de outro tempo, a recordação nos parecerá algo semelhante ao sonho, ao devaneio, tanto contrasta com nossa vida ativa. Esta repele a vida contemplativa.

Quando a sociedade esvazia seu tempo de experiências significativas, empurrando-o para a margem, a lembrança de tempos melhores, se converte num sucedâneo da vida. E a vida atual, só parece significar se ela recolher de outra época o alento. O vínculo com outra época, a consciência de ter suportado, compreendido muita coisa, traz para o ancião alegria e uma ocasião de mostrar sua competência. Sua vida ganha uma finalidade se encontrar ouvidos atentos, ressonância.

O rico olhar destas pessoas é um dos vértices da história da Ilha da Rita, e este registro também é importante, pois, assim, podemos perceber a sociedade interagindo e atuando no registro e salvaguarda de um patrimônio. Esta aproximação favorece o desenvolvimento do sentimento de pertencimento nos entrevistados e na comunidade.

Vale ressaltar que de nada adianta um técnico afirmar que determinado lugar é um patrimônio se a comunidade que o rodeia não o reconhece como tal. E uma das formas para estreitar esse laços é ouvir essa sociedade, pois foi ela quem vivenciou toda a trajetória, neste caso, do patrimônio histórico, cultural e natural chamado Ilha da Rita.

4.1 A Ilha da Rita na perspectiva dos moradores da Vila da Glória

Para MENESES (1999), a memória está em voga, e não só como tema de estudo entre especialistas. Também a memória como suporte dos processos de identidade e reivindicações respectivas está na ordem do dia. É, então, uma ótima oportunidade de novamente aproximar a sociedade com a sua herança cultural. É um bom momento para ouvir outra história sobre a mesma história.

Esse diálogo entre as faces da história, que deveria privilegiar a diversidade de identidades como proposta de discussão do conceito de cultura, também é defendido por CANCLINI (2008 p.309), que raciocina justamente sobre esse novo olhar , que referencia a revolução da tecnologia:

A coexistência desses usos contraditórios revela que as interações das novas tecnologias com a cultura anterior as tornam parte de um processo, muito maior do que aquele que elas desencaderaram ou manejam, Uma dessas transformações de longa data, que a intervenção tecnológica torna mais patente, é a reorganização dos vínculos entre grupos e sistemas simbólicos; os descolecionamentos e as hibridações já não permitem vincular rigidamente as classes sociais com os estratos culturais. Ainda que muitas obras permaneçam dentro dos circuitos minoritários ou populares para que foram feitas, a tendência predominante é que todos os

setores misturem em seus gostos objetos de procedências antes separadas. Não quero dizer que essa circulação mais fluída e complexa tenha dissolvido as diferenças entre as classes. Apenas afirmo que a reorganização dos cenários culturais e os cruzamentos constantes das identidades exigem investigar de outro modo as ordens que sistematizam as relações materiais e simbólicas entre os grupos.¹⁷

Esse processo maior, a que se refere CANCLINI, pode ser enriquecido pela memória das pessoas que vivem um determinado espaço. Mais que isso: as lembranças podem ser revividas quando contadas, possibilitando tecer uma manta protetora entre a história registrada nos documentos e a história contada por quem viveu. BENJAMIN (1980 p. 58) descreve a experiência da narração:

A experiência que anda de boca em boca é a fonte onde beberam todos os narradores. E, entre os que escreveram histórias, os grandes são aqueles cuja escrita menos se distingue do discurso dos inúmeros narradores anônimos. Entre estes últimos, aliás, há dois grupos que certamente se cruzam de maneiras diversas. Só para quem faz ideia de ambos é que a figura do narrador adquire plena materialidade. Quando alguém faz uma viagem, então tem alguma coisa para contar, diz a voz do povo e imagina o narrador como alguém que vem de longe. Mas não é com menos prazer que se ouve aquele que, vivendo honestamente do seu trabalho, ficou em casa e conhece as histórias e tradições de sua terra.

O testemunho do sr. Belarmino Borba, o sr. Belo, falando com seus amigos Paulo César Rocha e Artur Ledoux (Paulinho e Tusa, respectivamente), sobre o primeiro dia em que vai levar lenha à Ilha da Rita, pelos idos de 1945, quando já havia a base naval em funcionamento, demonstra com clareza e riqueza de detalhes a importância da narrativa da vivência cotidiana:

¹⁷ Grifos meus

Então eles vieram falar comigo, o sargento, né, que comandava, porque tinha uns 60 naval lá... Pelo menos o alojamento era cheio de cama, eu levava lenha, aí ele me chamou lá e disse, Belo, tu podia levar lenha pros homem e eu disse levo, mas aí disseram, Belo, se puder levar bem cedo, disse o sargento e um soldado, um naval, então nós precisava de lenha porque nós estamos sem lenha, veja só a diferença, tamo sem lenha, aí ele disse, olha, Belo, aí tu carrega a canoa já deixa ela pronta pra de manhã cedo tu saí carregado, aí eu saí de madrugada, carreguei, e saí, aí eu dormi no meu tio, para sair cedo e não perder a hora, porque os homem tavam sem lenha para fazer o café, de manhã sem lenha, não podiam fazer nada, não saía nem o armoço. Seu Tusa: é, naquela época era só a lenha. Seu Belo: é não tinha gás, aí eu levantei e fui, tinha bastante cachorrinho, uns bem peludinho, uma porção de cachorrinho, quando um cachorro latiu, já veio um e meteu a lanterna, alumiou assim, aí gritei, oi, vim trazer a lenha, mas eu com medo sabe, não tinha perigo, mas a gente muito simples e a primeira vez que a gente não conhecia esses homem, a gente era novo, se fosse hoje, a gente já tinha conhecimento de alguma coisa, aí alumiou com a lanterna, mas aquele não saía da guarda não, aí chamava o outro. Seu Paulinho: é, tinha dois na guarita. Seu Belo: ele tava de mosquetão aqui, em pé em guarda e cada duas horas entrava um outro, aqui os cachorros pressentiram alguma coisa e eles alumiam e eu disse, meu tio mandou trazer a lenha, aí eles falaram, ah, tá, vai descarregando aí, eu pegava a nota porque tinha que levar uns seis metros por semana de lenha, eles usavam 1 metro por dia, porque era para fazer pão, para esquentar o forno do pão e o armoço, porque era uns 60 homens, imagina quanto de pão não gastava por dia, aí esperei, ainda me lembro que eles me deram umas revista para mim ler, aí eles correram atrás de um machado, sem amolar, machado ruim mas com a força deles eles racharam a lenha. Seu Paulinho: o sr. já levava cortada? Seu Belo: não, levava de metro, eu cortava quatro pedaço, geralmente em quatro ficava lenha de 1 metro de comprimento, e eles cortavam, rachavam a lenha, e deixavam fininha, e levavam para botar no fogão, no fogão para esquentar a água. Seu Paulinho: o senhor sabe que eles tinha um fogão lá embaixo e uma serpentina que saía lá no banheiro com água quente para o banho. Seu Belo: é, a lenha era para tudo, seis metros por semana, aí eles

falavam, o senhor não pode ir sem tomar café, tem que tomar café, trazia a lenha da amarelinha, eles falavam meio marrento, aí tomava café com eles, meio envergonhado, meio sem jeito, aí depois eles rachavam um pão pelo comprido, não desse sentido no outro, e lá na panela, pegavam carne moída ou carne ensopada, aí eles enchiam, fatiava, amassava, tirava o miolo, enliavam no papel para eu comer na viagem (risos), eu dizia, não mas não precisa, e eles diziam ah, mas a viagem é longa e o senhor traz lenha para nós. Aí eu levava para comer em casa, é pra comer em casa (risos). Então, nesse caso, a gente podia entrar, no caso eu porque era autorizado pela capitania, pelo comandante lá que foi falar comigo, no primeiro dia foi assim, né, mas adispois nós podia chega lá em qualquer hora que eles já sabiam, eu levava seis metros por semana, eram três canoada, dois metros hoje, podia ser amanhã, dois dias seguido, ou dia sim dia não, pra não faltar lenha, aí final de semana o sargento pagava.



Diálogo entre os senhores Belo (camisa azul) e Paulinho, durante visita à Ilha em 17 de abril de 2010.

A narrativa do sr. Belo, transcrita, aqui, literalmente, e compartilhada pelos colegas Tusa e Paulinho, traz importantes elementos que edificam o conceito de memória coletiva. Enquanto o sr. Belo desfila suas memórias, vai sendo aparteado e desafiado pelos vizinhos a ampliá-las – e, ao mesmo tempo, se estabelece um consenso entre eles sobre o que está sendo narrado: uma espécie de verdade sustentada pelas lembranças de todos.

Ficou nítido, portanto, que as memórias do canoeiro que levava cerca de seis metros por semana de lenha à base naval puderam ser enriquecidas com as interferências de seus companheiros. Ainda assim, é importante compreender que a cada elemento desta conversa cabem suas lembranças exclusivas e seus olhares pessoais sobre o que está sendo revisitado.

HALBWACHS (2006 p.68 e 69) analisa essa propriedade da memória coletiva:

Veremos que os atrativos ou os elementos dessas lembranças pessoais que parecem pertencer apenas a nós podem muito bem ser encontrados em meios sociais definidos e neles se conservarem, veremos também que os membros desses grupos (dos quais não deixamos de fazer parte) saberiam descobrir e mostrá-los para nós, se fizéssemos as perguntas certas. [...] Contudo, se a memória coletiva tira sua força e sua duração por ter como base um conjunto de pessoas, são os indivíduos que se lembram, enquanto integrantes do grupo. Desta massa de lembranças comuns, umas apoiadas nas outras, não são as mesmas que aparecerão com maior intensidade a cada um deles. De bom grado, diríamos que cada memória individual é um ponto de vista sobre a memória coletiva, que este ponto de vista muda segundo o lugar que ali ocupo e que esse mesmo lugar muda segundo as relações que mantenho com outros ambientes. Não é de surpreender que nem todos tirem o mesmo partido do instrumento comum. Quando tentamos explicar essa diversidade, sempre voltamos a uma combinação de influências que são todas de natureza social.

Outra conclusão significativa desse discurso tão genuíno nos transporta a uma evidência peculiar, mas não menos importante, sobre a natureza do relacionamento que o sr. Belo e seus amigos mantiveram com o espaço da Ilha da Rita: boa parte da comunidade tinha relações de trabalho com a base de abastecimento naval, seja na fase de sua construção, nos anos em que se manteve funcionando plenamente – e mesmo nos dias atuais, já que a família do sr. Paulinho, após a desativação da base, ficou responsável por cuidar daquele patrimônio. Tudo começou por seu pai, José Fernandes Dias, que, por isso mesmo, ficou conhecido como “Zé da Base”.

Seu Tusa tem lembranças muito vivas e detalhadas daqueles tempos de trabalhador do porto – em que exercia a profissão de prático, pessoa responsável por conduzir embarcações com base no conhecimento dos acidentes e pontos característicos da área onde navegam.¹⁸

Seu Tusa: os navios pegavam né e naquela época eu tinha, sei lá uns 22, 23 anos, eu trabalhei na praticagem, então nós pegava o navio, não tinha água naquela época, nós levava e ia lá para a Base e nós ia num bote rebocado do navio prá nos chega lá e amarra o navio. Seu Paulinho: pegava o cabo para amarrar em terra, tudo no remo de voga, então o navio assortava o cabo na polpa e na proa, e nós fazia a meada na ponta e dois na voga e remavam pra encosta o navio, daí o navio chegava lá pegava água, às vezes ficava o dia inteiro ali e nós quando tava pronto e nós saía soltava o cabo de reboque para nós e nós ia de reboque até São Francisco. Seu Paulinho: cansei de ver navio parado ali na Ilha. Seu Tusa: então cada navio que vinha nós vinha amarrar o navio lá. E aqui em São Francisco, trabalhei dois anos na praticagem, hoje em dia é navio de grande porte, naquela época era navio mais pequeno, então o navio chegava e tinha o trapicho do ego, da marítima, tinha o santista, então o navio chegava e nós ia encosta ele lá. Seu Tusa, o último cano de água para a Ilha fui eu que botei, fui eu que reboquei uma chapa grande da marítima, com o bote grande que eu tinha, que até dava passagem por ali, aí não tinha outro

¹⁸ Significado constante do dicionário Aulete, disponível em <http://aulete.uol.com.br/> (acesso em 10/03/2010).

para levar a chapa aí eles colocaram aquele carretel feito de chumbo dessa grossura aqui, para pega lá do seco e levar lá na Ilha, aí falaram comigo, oh o outro não vai dar conta de rebocar isso aí.. Aquele carretel, mas vamo lá... levei três dias, risos, para atravessar da terra do seco até a base, mas o pessoal fazia quando a maré parava, seu belo é que ali é um canal NE, seu Tusa, é fundo, Seu Paulinho, tem 18 metros de profundidade, Seu Tusa só que quando o pessoal parava, o pessoal rebocava ele empurrava o cabo, aí ia muito devagarzinho, porque era um cabo grosso de chumbo revestido, aí quando foi a gente tava chegando, aí foi que colocaram o cano, eu que coloquei, foi o ultimo que colocaram, depois dali nunca mais colocaram, Seu Paulinho: aí precisava ir em dois, para dar o peso para pode subir, porque do fundo do mar para a Ilha vem dois, já na Ilha fica um, o La do morro não sobe, porque tem muita subida e não tem muita pressão; Seu Tusa, só sei que deu um trabalho, daqui ali dá uns que 500 metros, seu Paulinho é uns 600 metros, Seu Belo é pro lado de lá para o lado de cá, Se Tusa: mas só fazia quando a maré parava, quando a maré dava aquela parada, se não ele não ia, tinha que ser maré de 4 que é maré de força, é tudo braçal NE, hoje em dia pra colocar aquele ali é a coisa mais fácil que tem, era só amarrar um cabo de aço, Seu Belo, porque hojetem a ciência NE, tem a técnica,

As relações de trabalho que estes senhores tiveram com a Ilha da Rita, aparecem como uma primeira menção na construção identitária deste patrimônio. Sobre este fenômeno podemos afirmar que a identidade vai criando raízes entre o homem e seu contexto. COUTINHO [ET AL. 2007 P.34], avalisa a relação identitária do trabalho:

Tal como foi apontado anteriormente, tomamos por premissa ser o trabalho uma categoria fundamental, embora não única, para a compreensão das relações sociais, dos processos identificatórios e do modo de ser dos sujeitos, pois a dimensão ocupacional, ainda ocupa um grande espaço na vida das pessoas, permeando as relações sociais. Assim, as mudanças características do atual contexto produtivo, repercutem nas

diferentes dimensões da vida social e, de um modo bastante peculiar, nas relações do homem com sua atividade laboral, uma vez que tais relações têm gerado sentimentos de insegurança, estranhamento e incerteza, por constituírem-se em muitos casos, elas próprias, como provisórias, precárias e efêmeras.

No caso desses moradores, o trabalho assume o papel mais importante na construção de seu perfil social. Como eles passaram a maior parte de sua vida envolvidos com atividades laborais quase todas exigindo esforços físicos e, não raramente, repetitivos, essa faceta de suas vidas preenche quase totalmente seu tempo. A diferença, porém, que enxergamos em relação aos chamados trabalhadores urbanos é que eles sempre atuaram em contato direto com a natureza – o que os beneficia quando se pretende conceituar trabalho como ofício e estilo de vida.

BOSI (1994 p. 471) ajuda a decifrar um pouco mais esse assunto:

O trabalho manual, mecânico, intelectual, ocupou boa parte da vida de nossos entrevistados. Ele tem, para cada um deles, uma dupla significação.

1) Envolve uma série de movimentos do corpo, penetrando fundamente na vida psicológica. Há o período de adestramento, cheio de exigências e receios; depois, uma longa fase de práticas, que se acaba confundindo com o próprio cotidiano do indivíduo adulto.

2) Simultaneamente com seu caráter corpóreo, subjetivo, o trabalho significa a inserção obrigatória do sujeito no sistema de relações econômicas e sociais. Ele é um *emprego*, não só como fonte salarial, mas também como lugar na hierarquia de uma sociedade feita de classes e de grupos de *status*.

Temos, portanto, que atender a essas duas dimensões do trabalho: sua repercussão no tempo subjetivo do entrevistado e sua realidade objetiva no interior da estrutura capitalista. Quanto ao primeiro aspecto, pode-se constatar que todos se detêm longamente e com muito gosto na descrição do próprio ofício.

A construção desta identidade cultural – que, por si só, tem uma dimensão quase imponderável – estão, como assegura HALL (2000 p. 110), em constante movimento e somente na aparência são “homogêneas”. Em

essência, a identidade deve ser um processo em constante construção e reconstrução:

As identidades podem funcionar, ao longo de toda a sua história, como pontos de identificação e apego apenas *por causa* de sua capacidade para excluir, para deixar de fora, para transformar o diferente em “exterior”, em abjeto. Toda identidade tem, à sua “margem”, um excesso, algo a mais. A unidade, a homogeneidade interna, que o termo “identidade” assume como fundacional não é uma forma natural, mas uma forma construída de fechamento: toda identidade tem necessidade daquilo que lhe “falta” – mesmo que esse outro que lhe falta seja um outro silenciado e inarticulado.

Considerando as questões referentes às relações que favorecem a construção identitária, podemos afirmar que elas não param por ali, elas se estendem para além dos muros do trabalho, por exemplo.

Como a base de abastecimento naval ficou em funcionamento, por aproximadamente, 40 anos, o trânsito de pessoas foi muito grande. Não se sabe ao certo o número, mas nossos entrevistados, recordam destes moradores, com admiração:

Seu Tusa: não, aqueles sordado eram gente boa, Pesquisadora: e eram todos da Vila? Seu Tusa, não eram tudo de fora, eram do Rio de Janeiro, Baiano, lá do nordeste, Seu belo, o urtimo que tem é o baiano, seu Tusa: o Baiano diz que já não se levanta mais, ta em coma assim, seu Belo: é o urtimo que sobrou, urtimo, seu tusa: era o baiano, seu Belo: o Lima, Seu Tusa, o Lima já morreu, o Negão de Lima também já morreu, seu Belo: dos que ficaram aqui, Seu Tusa, tinha aquele outro, aquele magrinho como é...me esqueço o nome dele, ele também é do nordeste, ele veio uns tempos aí depois foi embora, de certo também já morreu....naquela época a gente era novo, eles já eram mais... seu belo: eu e tu: seu Tusa, dos que ficaram aqui foi o Lima, Seu Belo: foi os que casaram com moças daqui, o seu José casou com moça daqui, tiveram um filho e o baiano casou com a Laura, a Laurinha ainda mora aqui, é viva ainda, e o baiano, vi esses dias no Besc, e uma pessoa levando ele pela mão, então vi que ele tava bem arriadinho. Seu Tusa: agora ele não anda mais, não lembro quem falou, ah foi a Laura mesmo a mulher dele, que ele teve dois filhos

homem e uma mulher com outra mulher, seu Belo com a Laura ele teve uma também, seu Tusa, e com a Laura ele teve uns cinco seis filhos, seu Belo, então foi um desses, os demais foram embora, quando acabou a Base aí foram tudo pro norte, porque eles eram quase tudo nortista, falavam tudo nortista, tudo baiano, seu Paulinho: quando nós chegamos aí já tinha um cara da Marinha, nós chegamos e o cara saiu, seu Belo aí depois acabou-se, a fortaleza seu Tusa, aí ainda ficou alguns naval aí, o Lima, o Baiano, ficou uns dois ou três cuidando da base, aí depois que desativaram mesmo, aí foi o teu pai que ficou (apontando para o Paulinho), aí a base passou para o porto, aí a Ilha ficou sob a responsabilidade do porto aí foi que teu pai foi pro porto, ah, para ilha, pago pelo porto.

A multiplicidade cultural que aparece nos relatos de nossos entrevistados, evidencia a mudança de cenário ocorrida durante os anos de funcionamento da Base na Ilha da Rita. Suas lembranças ratificam as marcas da contínua transformação da identidade e deixam claras as heranças e os laços tecidos entre os moradores locais e os trabalhadores navais. Essa miscigenação cultural permanece e surge, de forma muito natural, nas memórias de seu Belo, seu Tusa e seu Paulinho. E até hoje contribui para o enriquecimento da cultura local. Como explica ALVES (2009 p. 60):

Assim, podemos afirmar que o patrimônio cultural é a base e o sustentáculo da identidade da sociedade. Esta identidade cultural constitui a riqueza que dinamiza as possibilidades de realização da sociedade, mobilizando cada grupo social a nutrir-se do seu passado e a colher as contribuições compatíveis com a sua especificidade e a continuar, assim, o processo de criação e de recriação social.

Em contrapartida, um fato que é mencionado como da maior relevância para a comunidade, não aparece com essa força nas narrativas dos antigos moradores: a questão da inauguração da base de abastecimento. No registro documental existem fotos do então presidente brasileiro Getúlio Vargas descerrando a fita e assim, proporcionando o início das atividades na Ilha. Porém indaguei aos moradores entrevistados e eles, surpreendentemente, não se recordam desse acontecimento.

Pesquisadora; E o Getulio veio para a inauguração da Base? Seu Tusa, olha, Seu Belo, eu não posso dizer nada, Seu Paulinho, é certeza que ele veio, Seu Tusa é eu soube que ele veio NE, mas eu não tenho recordação, de quando foi, talvez a gente era pequeno quando foi, naquela época, seu Paulinho, porque seguinte, o cara também falou ali da marinha também, que veio traze ele junto, mas faz tempo né, isso foi do tempo em que eles falavam lá com o pai, ainda disseram aquele “Jaguara” discursou aqui, o cara não gostava dele, (risos contido) aquele Jaguará, discursou ali em cima, bem em cima, seu Tusa, no tempo da ditadura ainda NE, seu Paulinho: é o pau pegava para o lado dele, é esse Jaguará discursou aqui, o Getúlio Vargas, foi ele que fez NE, ele inaugurou, Seu Tusa é foi feito por ele, a base foi feita por ele, naquele tempo que ele era ditador, porque governou 10 anos NE, é 10 anos, depois entrou a turma do chega para lá e botaram ele para correr, o João Goulart e pessoal lá do Rio Grande que formaram aquela manifestação.

O não registro desta informação, pelos moradores, deduzo, deve-se à pouca relevância que o fato teve na vida deles. Ou seja, eles não participaram – automaticamente, esses acontecimentos não marcaram suas lembranças. Foge da lógica da memória: por que recordar o que não me foi importante? Porém, estas histórias não são excludentes, elas se complementam.

FERREIRA (2004 p. 66) disserta sobre os hiatos da memória:

Há nas pessoas todo um desejo de guardar e recuperar o que se extravía na vertigem. Mas a memória disso ou daquilo só pode ser exercida em plenitude relativa ou em suas incompletudes, recriações e até impedimentos. Assim, há, também, memória como sustentação de “identidades”, rede de conhecimentos que se projetam ao passado e ao futuro concomitantemente, em movimento pendular.

Por sua vez, a *Memória*, fenômeno material e corpóreo, psíquico e, ainda, fenômeno de cultura, enquanto categoria, é um modo especial de presentificar a vida em muitos atos e formas específicas do lembrar, que pode vir do recordar, ao relembrar ou evocar e daí por diante, lembrar esquecendo ou simplesmente esquecer.

Então, existe o registro fotográfico de Getúlio Vargas, documento que integra o acervo do Museu Histórico de São Francisco do Sul, como marco da trajetória da Ilha da Rita como Base de Abastecimento Naval. Mas, como acontece em toda história, algumas lacunas só podem ser preenchidas quando ouvimos a comunidade que a rodeia (imagens abaixo).



A chegada do presidente em 8 de março de 1940, não ficou na memória de seu Belo.

No entanto, o chamado Governo Vargas do Estado Novo teve, para o país, uma importância muito grande – até hoje o presidente é lembrado como o responsável pela regulamentação das relações de trabalho, através da criação da CLT..

MONTENEGRO (2001 p. 101 e 102) ajuda a entender melhor a força do chamado “Homem-Nação”, materializado por Vargas:

A representação gravada na memória, acerca de Getúlio, expressa a força do imaginário que foi criado durante o Estado Novo. As marcas então impressas na memória coletiva (sobretudo popular) resultam de uma intervenção direta na cotidianidade do trabalhador, associada a um discurso que une o governante à nação. “O Homem-Nação” é uma expressão que sintetiza o todo em um, refletindo formas de construção do imaginário político, fundamentais aos regimes ditatoriais. [...] Essa representação é deliberada e insistentemente construída por Getúlio, em declarações diversas, ao afirmar, reiteradas vezes, que a “revolução de 30 deu aos trabalhadores

brasileiros direitos de que jamais haviam gozado, incluindo o direito à representação de classe, em direitos iguais com os empregadores”.

Porém, nem mesmo esta grande novidade, que, em tese beneficiava toda a classe trabalhadora, teve maiores reflexos na pequena comunidade da Vila da Glória, Afinal, ali não havia grandes empresas. Apenas – mas, nem por isso, menos importantes – pescadores e pequenos comerciantes que tinham pouco acesso aos acontecimentos e às conquistas trabalhistas.

No entanto, atualmente, eles parecem ter maior consciência sobre Vargas. Tanto que o Sr Paulinho, ao visitar as instalações da Base, comentou que caminhava sobre o mesmo caminho do ex-presidente. O diálogo com o Sr Belo:

Seu Paulinho: Então, o senhor vê, nós estamos descendo aonde o Getúlio Vargas desceu. Seu Belo: Aonde o Getúlio Vargas desceu, nós estamos descendo hoje. O Getúlio Vargas, eu não conheci. Ele era governador. Seu Paulinho: É, eu ouvi falar dele. Seu Belo: Ele era do Rio Grande, rio-grandense. Até houve uma guerra para ele pegar o poder. Uma revolta, né, no tempo que era pra ele entrar pra governador. Enfim... Seu Paulinho: então, seu Belo, o que tu achas, que ele se enforcou-se ou mataram ele? Seu Belo: (risos) agora o que o senhor me perguntou ficou pesado pra mim... (risos) A gente só sabe que ele morreu...



Seu Paulinho e seu Belo conversam durante travessia até a Ilha (ao fundo)

O que ficou muito marcado na memória dos moradores, no entanto, foi o longo processo de construção da base naval, que envolveu trabalhadores de fora, equipamentos importados, e mexeu bastante com a rotina da comunidade. Nossos entrevistados, por exemplo, lembram, especialmente, da construção do trapiche, quando foram arregimentados trabalhadores negros da região do Frias – localidade da Vila da Glória:

Seu Tusa: naquela época, de repente tu nem era nascido (falando para o Paulinho), mas eu me lembro quando fizeram o trapicho, aquilo ali deu uma mão de obra danada. vinha gente que carregava de terra pra fora, pedra, era areia era cimento era saibro era tudo para fazer aquele trapicho lá. Seu Paulinho: tu sabe, que usaram óleo de baleia na construção do trapicho e como que é, parece que veio da Alemanha, as coisara da para encanamento. Seu Belo: veio tudo de fora é, da Alemanha.... Seu Paulinho: quer ver para trazer a água pro lado de cá, diz que deu uma mão de obra, traziam tudo com as correntes, pra bota os cabo. E eu acho o seguinte, que por ali morreu gente,

porque uma vez a minha mãe cavou por ali e tinha uns osso ali fino, e eu acho que a mãe disse que era de gente, não deram nem caixão para estes jaguaras, Seu Tusa - eles cavaram para construir a casa dos soldados naval parece que foi umas seis ou sete alojamentos Seu Paulinho: ah é lá embaixo tinha um alojamento, e tinha umas seis casas para o lado de cá, Seu Tusa, pro lado de cá é.... Seu Paulinho: ali tinha um detalhe tinha um sargento e ali moravam umas seis famílias, ele tinha dois filhos este sargento aí um “marvado degaçado” não escorregou na pedra e não morreu, e seguinte os cara não contou pro pai lá que ficaram três dias sem dormir, a mulher dele num desespero disse se existisse Deus meu filho não tinha morrido, ei era gente gritando naquela Ilha, ei chamaram coisarada para procurar quem achou foi seu Quinca que já morreu. Seu Belo: mexeu na água. Seu Paulinho: caiu na água e morreu. Seu Belo, caiu na frente do barco. Seu Paulinho: tava mexendo na água e caiu.

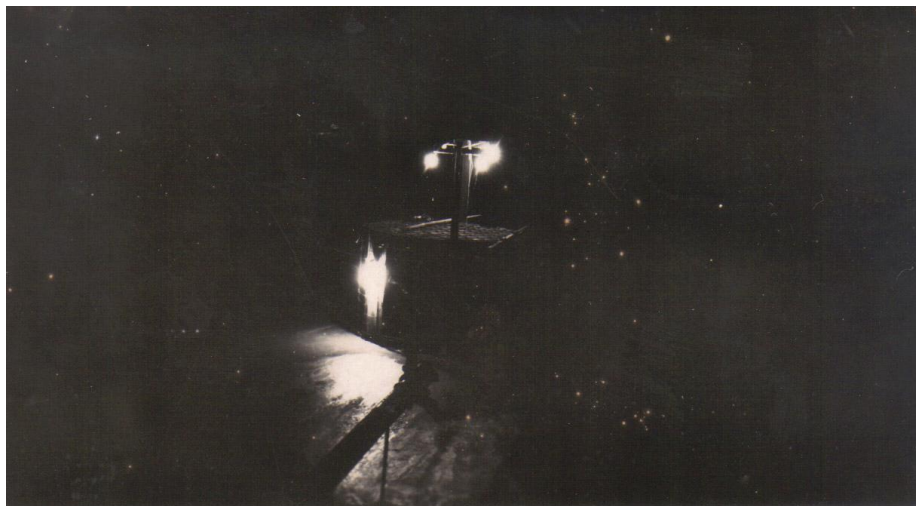
As imagens abaixo, do acervo do Museu Histórico de São Francisco do Sul, ilustram o relato acima, da construção do trapiche:





A iluminação na Ilha, que chegou com as obras da Base Naval e foi uma inovação para a comunidade da Vila da Glória – que não dispunha de energia – também foi mencionada pelos entrevistados. Porém, neste momento não houve uma unanimidade sobre o fato nas lembranças.

Seu Paulinho: Tinha gerador, mas quando nós chegemo não tinha nada, era tudo na vela, Seu Belo, é nesse tempo que eu levava lenha lá, eu não lembro como era a luz, se era gerador, seu Paulinho, lá tinha gerador, seu Tusa, lá era gerador sim, seu belo é? Isso aí eu não posso garantir, Seu Paulinho, tinha gerador, Seu Tusa, tinha gerador, tinha luz naqueles ligamentos, naqueles postes fincado ali tudo. Seu Paulinho, mas tinha uma lei, parece que era só até 9h 10h, uma coisa assim, depois acabou-se Seu Tusa, é era até 10h. daí parava tudo. Seu Belo: Aí parava o motor. Seu Paulinho, é aí parava tudo. Seu Belo, o motor era a óleo ou a disel, seu tusa e seu Paulinho: a diesel. Seu belo para girar o gerador para dar a luz,



A imagem acima é um registro oficial da existência da energia elétrica na Base de Abastecimento Naval da Ilha da Rita. Mesmo assim, seus moradores não sabiam direito que tipo de fonte energética abastecia a localidade. Sabiam, apenas, que o fornecimento era disciplinado e as luzes tinham determinado período de tempo para ser utilizadas. Essa divergência, porém, não chega a comprometer o registro das narrativas, já que, em se tratando de memória coletiva, as diferenças são naturais e aceitas como parte do processo. Afinal, nem todos conseguem se recordar dos mesmos fatos, do mesmo jeito. Como explica HALBWACHS (2006 p. 97 e 98):

Em todo caso, as imagens dos acontecimentos passados estão completíssimas em nosso espírito (na parte inconsciente de nosso espírito), como páginas impressas nos livros, que poderíamos abrir se o desejássemos, ainda que nunca mais venhamos a abri-los. Para nós, ao contrário, o que subsiste em alguma galeria subterrânea de nosso pensamento não são imagens totalmente prontas, mas – na sociedade – todas as indicações necessárias para reconstruir tais partes de nosso passado, que representamos de modo incompleto ou indistinto, e que até acreditamos terem saído inteiramente de nossa memória. De onde se conclui que, quando o acaso nos põe novamente na presença dos que participaram dos mesmos acontecimentos, neles atuaram ou a eles testemunharam ao mesmo tempo que nós, quando alguém nos conta ou descobrimos de outra maneira o que então acontecia à nossa volta, estaríamos preenchendo essas lacunas aparentes? Na realidade, o que tomamos por espaço vazio, era apenas uma zona um tanto indecisa, da qual nosso pensamento desviava porque aí encontrava muito poucos vestígios.

Em meio às entrevistas com os moradores da região, muitas vezes aconteciam amplos diálogos entre eles, em que desfilavam vários temas, recordavam situações e mesclavam assuntos que iam se associando mutuamente. Surgiam, então, comentários que, embora meio descolados do contexto, traziam informações que ilustravam com riqueza de detalhes a história do lugar.

Pesquisadora: e tinha festa lá na Ilha? Eu ouvi falar que tinha, seu Tusa e seu Belo, não, Seu Belo, é talvez entre eles lá faziam alguma coisinha, uma festinha de solteiro, Seu Tusa, o que dava muito lá era pic nic excursão, que eu quando eu tinha, (virando-se para o seu Paulinho) tu te lembra quando eu tinha aquela lancha lá de passageiro, carregava, quase toda a semana que levava gente para lá, tinha essa lancha para excursão, né, levava lá para a ilha para conhecer a ilha, cansei de levar, tomava café lá com o teu pai falando para o Paulinho) risos, pegava eles trazia e levava para São Francisco outra vez, Seu Paulinho: E a Rita? Diz que morava uma mulher nessa ilha, Seu Tusa: Ilha da Rita Agora, eu acho que era uma mulher que morava, Seu Paulinho diz que, diz que, era uma índia, Seu Belo, o nome da Ilha com certeza é o nome de uma pessoa que morou lá, pois é, Seu Tusa, era uma pessoa mesmo, que atendia pelo nome de Rita mesmo, Seu Paulinho, não porque o certo do nome dela assim é base de combustível de São Francisco, nome da Ilha, Seu Tusa, chamavam de ilha da Rita, porque a Rita que morava lá, Seu Belo: de certo, desse assunto que veio o nome ilha da Rita, uma senhora que morou muito tempo lá, Seu Paulinho diz que ela morava sozinha lá, seu Belo é mais isso aí eu não posso precisar, seu Paulinho, é mas que existiu, existiu,

Além das referências identitárias múltiplas vindas das memórias cruzadas, outro importante aspecto trazido à tona pelos entrevistados foi a questão da utilização da ilha como espaço de lazer e geração de renda, como também local de pequena produção agrícola, apenas para sustento próprio.

Seu Tusa, tudo essas ilhas aí todas essas ilhas morou gente, seu Belo é morou gente, até plantavam, seu Tusa, plantavam é, seu Belo; eles plantavam aqui na

ilha, seu Tusa e seu Paulinho concordam, é plantavam, Seu Tusa, a Ilha das flores, a Ilha grande plantavam, ah, ah, Ilha dos herdeiros, a ilha dos cação, todas aquelas ilhas plantavam, aipim, Seu Belo, a mandioca, Seu Tusa a ilha da flores, plantavam abacaxi, ali o Pedro abacaxi, o velho, não se já morreu, ali o Pedro abacaxi, não sei parece que já morreu, ele era filho do homem que plantava abacaxi lá na ilha, só plantava abacaxi, é Pedro abacaxi, Dona Carmem Plantava mandioca pára fazer farinha, só que desmatava muito, só que naquele tempo podia derruba a mata, hoje não pode, Seu Paulinho: O pai fez farinha ali uma vez, ali na Ilha.

As visitas à ilha, organizadas por Seu Tusa, assim como os pequenos cultivos, demonstram e ratificam a versatilidade dos papéis representados pela ilha. Por isso podemos afirmar que ela é um patrimônio arqueológico por conta das evidências de sítios sambaquianos – já mencionado em laudos do Iphan. Torna-se patrimônio histórico-cultural por trazer em sua paisagem a base de abastecimento naval. E por último, porém, não menos importante, consagra-se como valioso patrimônio natural.

As idéias de ZANIRATO & RIBEIRO (2006 p. 256) ajudam a compreender melhor o conjunto de valores que integram o patrimônio natural.

O patrimônio natural pode ser definido como uma área natural apresentando características singulares que registram eventos do passado e a ocorrência de espécies endêmicas. Nesse caso, sua manutenção é relevante por permitir o reconhecimento da história natural e, também, para que se possa analisar as consequências que o estilo de vida hegemônico pode causar na dinâmica natural do planeta. Uma área natural protegida é um laboratório de pesquisa que possibilita estudar reações da dinâmica da natureza, em si. Além disso, a singularidade que faz a área merecer sua elevação à condição de patrimônio pode apresentar beleza cênica ou, ainda, ser fundamental para o desenvolvimento de processos naturais, como ocorre com o mangue, responsável pela reprodução de microrganismos que servem de base da cadeia alimentar.

A Ilha da Rita é, portanto, uma forte candidata à definição de patrimônio natural, considerando não apenas as prerrogativas de ZANIRATO & RIBEIRO

acima descritas, mas, também, enchendo os olhos e a alma com sua paisagem exuberante, conforme imagem abaixo.



Ampliando o conceito de patrimônio natural para além da concepção da ideia estética de uma bela paisagem, há pelo menos outras duas formas de ver a questão. Refiro-me ao vértice da ética e o viés do pragmatismo, conforme apresentado por DELPHIM (2004 p. 3):

A primeira, de cunho ético, fundamenta-se em um imprescindível valor humano, o respeito e a solidariedade que o homem, única criatura capaz de conhecer e compreender os fenômenos materiais e imateriais do universo, deve a todos os seres que o rodeiam, sobretudo às diferentes formas de vida com as quais compartilha o espaço e o tempo. A segunda, de cunho pragmático, origina-se do interesse e dependência do homem pelos recursos da natureza, sem os quais não pode subsistir. A preservação dos recursos naturais assegura ao homem a possível fruição desses bens, mesmo que ainda não conheça suas possíveis formas de utilização.

É nesse ponto, que o conceito de patrimônio natural se aproxima efetivamente da ideia de patrimônio cultural. As preocupações preservacionistas são objeto de políticas governamentais específicas e campanhas educativas, sustentadas

por pesquisas constantes e referendadas pela mobilização da sociedade – o que, por si só, já se constitui em um forte movimento cultural. Como continua refletindo DELPHIM (2004 p. 3 e 4):

Os organismos e instituições da área ambiental dedicam-se, prioritariamente, a aspectos físicos e biológicos da natureza. Os órgãos culturais defendem o que é característico de cada grupo social. A pluralidade cultural constitui um patrimônio tão rico quanto a diversidade genética. A luta contra a uniformização cultural é tão importante quanto a proteção de paisagens ou de espécies vegetais e animais.

Retomemos o diálogo com ZANIRATO & RIBEIRO (2006 p. 251) para perceber melhor como o mundo moderno interpõe patrimônio natural e patrimônio cultural, para adequar suas ações e políticas ao sistema econômico vigente na maior parte do planeta. Preservar, portanto, obedece a interesses muito além da necessidade de valorizar a identidade, o ambiente e a própria vida de seus habitantes. São ações que focam também – e com mais ênfase, diga-se – nos ganhos prováveis das pesquisas científicas, seja na genética, seja na farmacologia, e da exploração turística das paisagens:

Ou seja, a conservação de áreas naturais ainda obedece à visão utilitarista, que predomina na sociedade capitalista. Ao mesmo tempo, possibilita reconhecer nesses verdadeiros refúgios, aos processos produtivos e de urbanização, o foco de alternativas à reprodução da vida.

Apesar disso, as ações preservacionistas, tanto do patrimônio histórico, quanto do patrimônio natural, precisam continuar – mais do que isso, ser ampliadas. Esses patrimônios, que interagem de forma indissociada, são nada menos que o conjunto-essência da natureza. Como primeiro habitat da vida, esse conjunto demanda constante harmonia e entendimento entre as tantas espécies que abriga.

DELPHIM (2004 p.4) aborda com clareza essa vital dualidade:

A preservação do patrimônio natural propicia excelente exercício de integração entre os elementos físicos e biológicos da natureza, os sistemas que estabelecem entre si e com as

ações humanas. Fornece chaves para a proteção sinérgica de sítios e formações naturais significativas, em conjunto e harmonia com comunidades de plantas, animais e seres humanos, sobretudo com a cultura que cada grupo estabelece em relação à natureza, aos significados religiosos, míticos, legendários, históricos, artísticos, simbólicos, afetivos e tantos outros que podem ser conferidos pelo homem ao mundo natural.

É na natureza que se encontram todas as fontes materiais e imateriais da produção cultural. É a natureza que fornece a matéria-prima e a inspiração para a arte, literatura, música e outras formas de expressão cultural. Operações de preservação do patrimônio cultural como a restauração, dependem dos mesmos recursos da natureza com que foram produzidos e que devem ser também protegidos. Bens móveis e edificados não podem ser restaurados ou conservados sem a disponibilidade de materiais como pedras, madeiras, pigmentos naturais.

Mais do que nunca, hoje podemos revisitar o conceito de patrimônio e propor uma congruência entre seus vértices. A bordo de um vasto navio de conceitos, navegamos pelas claras águas do pragmatismo – e optamos por entender que o que diferencia um patrimônio de outro é apenas a questão da sua materialidade. Assim, o que hoje se identifica como patrimônio natural ou patrimônio cultural é uma ferramenta para focalizar estudos – e balizar consequentes políticas e ações de salvaguarda.

4.2 As estações da memória: chegadas e partidas

Com suas características culturais – que se evidenciam bastante na linguagem simples e objetiva – os discursos de seu Belo, seu Paulinho e seu Tusa oferecem uma marca de forte originalidade e verdade às suas narrativas. No entanto, são apenas uma parte de uma história que não tem um começo delimitado – nem previsão de fim.

Corroboram, por outra parte, com a ideia de construção de novos patamares de pertencimento e interação com o mundo à sua volta. As lembranças trazidas

nas entrevistas reassumem novas cores e permeiam os ideais e sonhos que retroalimentam hoje nossos três moradores da Vila da Glória.

Reconectados à realidade, após passear por um passado que não foi apenas deles, mas de toda uma comunidade, seu Belo, seu Paulinho e seu Tusa certamente também retiveram na alma as tatuagens dessa pequena viagem no tempo.

Ao recolher as redes de suas lembranças, eles também capturam, neste mar em que se transforma suas memórias, fragmentos de uma história que quer ser recontada todos os dias – porque reconstruída no cotidiano cultural de um grupo de pessoas que viveu, sobreviveu e reescreveu reiteradas vezes sua própria trajetória. E que, como acontece em situações assim, se confunde com a história, a trajetória, a identidade e a cultura da Ilha Rita.

Esse verdadeiro rizoma cultural se traduz na visão de FERREIRA (2004 p. 73):

Conforma-se, aqui, uma espécie de rede (sempre muito a percorrer Freud e Lacan), em que se espraia o tema, novas bibliografias e referências vão se abrindo e, a partir delas, a inserção de textos de cultura, tendo a memória como assentamento. O corpo biológico e o corpo extensivo dos signos, formalizados ou não, na plenitude de seus mistérios. [...] É nessa inquietação que estão as chaves procuradas no trato com a memória, enquanto texto de vida, de cultura e de representação, mesmo quando nos colocamos diante dos desastres, dos fragmentos, das memórias atribuladas e conflituosas, do mal-estar ou da possibilidade de redenção.

O mesmo autor fecha, com muita propriedade, essa reflexão: “Penso, aliás, que a vida é uma luta pela memória, contando sempre com os vários tipos de esquecimento, o restaurador, o devastador, ou, simplesmente, o olvido e o silêncio que antecipam a morte”.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Ilha da Rita, hoje, continua enfeitando a paisagem da cidade de São Francisco do Sul, SC, mas sem o “charme” de antigamente, quando era o lar de marinheiros de vários lugares do país – e até do exterior.

Seu verde exuberante abrigava, além de armazéns para o abastecimento das grandes embarcações que ali atracavam, uma história de integração étnico-cultural que marcou a memória e a história dos moradores da Vila da Glória.

O fio da meada dessa trajetória, buscado nas narrativas de três antigos habitantes do lugar, não é linear. Nem poderia. Intercalando histórias e lembranças dos entrevistados, surge uma primeira inquietação: as memórias, naturalmente, sem sempre coincidem entre si – e menos ainda, com a historiografia oficial.

Como balizar um estudo com um leque tão amplo de possibilidades – todas elas moradoras da vida e da memória de seu Belo, seu Paulinho e seu Tusa?

Com a convicção de que a memória é um dos principais alicerces da história, fomos buscar abrigo para essas reflexões em CASTANHO (2004 P. 76 e 78) quando afirma que:

A memória é o principal nutriente da história. Mas não se identifica com ela, assim como a semente não é o passarinho que, não obstante, nutre. A memória é algo de mais substantivo, tanto do ponto de vista do objeto, quanto do sujeito. [...] Subjetivamente, a memória é o ato de lembrar, individual ou coletivamente, compreendendo, na sua complexidade, tanto o momento de fixação quanto o de devolução. [...] Em suma, tudo aquilo que, vindo do passado, se incorpora ao patrimônio profundo do indivíduo e que, em certo momento, é trazido à tona, para se fazer intervenção no mundo presente. [...] Já a história é mais adjetiva, comportando, de uma parte, os fatos acontecidos e os processos desenvolvidos e, de outra parte, o conhecimento organizado e sistemático desses fatos e processos.

Buscando nas lembranças desses atores sociais as principais marcas que as vivências no lugar imprimiram em sua memória, perseguiu-se formas de compreender melhor os valores e as referências históricas presentes nas narrativas – que, por si só, já são um elo entre o passado e o presente.

É nesse espaço de conexões, que se busca a relação identitária da Ilha da Rita como um patrimônio – desvendando-se, assim, um feixe de elementos histórico-culturais que nos foram oferecidos pelas histórias ressignificadas individual e coletivamente, dos pescadores e pequenos comerciantes da Vila da Glória.

PERES E SILVA (2008 p. 331) ajudam a sublinhar a relação direta entre memória social – ou coletiva – e patrimônio:

Percebe-se a existência de uma forte relação da memória social com as questões da preservação do patrimônio cultural, tendo em vista que, através dela, buscamos nosso passado e, com isso, temos interesse por aquilo que faz parte de nossas experiências, ou seja, pelo patrimônio que, de alguma forma, fez parte de nossas vivências.

Um outro momento dessa reflexão final parte da convicção que tenho de que a cidadania é pressuposto básico para qualquer conquista, em qualquer âmbito do conhecimento.

Cidadãos plenamente conscientes de seus direitos e deveres – o que identifica pessoas engajadas com seus próprios valores e referenciais éticos – serão aqueles capazes de atuar, de mobilizar, de influenciar a sociedade.

Isso porque, suas convicções partem da exata noção de seu papel social, seu lugar na comunidade – e, por consequência, sua memória na história. Serão esses cidadãos os atores das transformações tão necessárias nas relações do indivíduo com sua história e sua comunidade.

Com as mãos nessas ferramentas teóricas, referencio uma realidade que já integra essa proposta de rever, ressignificar, reestudar e oferecer subsídios para que a Ilha da Rita seja vista com o seu real valor pela sociedade: a

presença da Universidade da Região de Joinville – Univille – que, com projetos de pesquisa e extensão, coloca o lugar no foco de várias discussões científicas, proporcionando um ambiente de estudo permanente e construindo uma imagem do que se pode chamar de patrimônio cultural.

Além do presente trabalho, estão no leque de ações da universidade na Ilha da Rita, outros importantes projetos, como grupos formados para desenvolver comportamento empreendedor sócio-ambiental, como também, projeto de sensibilização para uso e conservação da Ilha da Rita.

A Univille criou, ainda, o comitê Univille Verde que estuda e oferece propostas para um desenvolvimento integral e sustentável, articulado com as necessidades regionais.

O primeiro resultado expressivo dessas ações é a aprovação de recursos junto à Secretaria de Desenvolvimento Regional do Estado de Santa Catarina, através do Funturismo, que objetiva a recuperação e restauração do trapiche de embarcações. Como contrapartida dessa proposta, a Univille, então, irá subsidiar a criação de um espaço de memória sócio-ambiental no lugar.

Mas um caminho que considero fundamental nesse esforço pela valorização do patrimônio natural da Ilha da Rita é instrumentalizar a própria comunidade, a partir de políticas públicas e de ações educativas que ajudem a aproximar os moradores de sua própria história.

Como defendem FUNARI & PELEGRINI (2006 p.55):

Há muito por fazer, mas podemos afirmar que a experiência patrimonial no Brasil tem sido assimilada no seu sentido mais completo, em sintonia com a coletividade e a partir de conhecimentos antropológicos, sociológicos, históricos, artísticos e arqueológicos, orientados por especialistas. A implantação de cursos de educação patrimonial, a organização de oficinas-escola e serviços em mutirão constituem ações de importância fundamental no processo de envolvimento da população. Esse esforço, articulado com o estímulo à responsabilidade coletiva, contribuirá para consolidar políticas de inclusão social, reabilitação e sustentabilidade do patrimônio em nosso país.

Essa necessidade de oferecer à comunidade caminhos para a preservação e valorização de seu próprio espaço através da educação patrimonial também é evidenciada por MACHADO (et al.2003 p.47):

Na questão da preservação, a educação patrimonial tem papel fundamental, pois surge como uma nova maneira de encarar o mundo que nos rodeia, como uma nova forma de observar as diversidades de cada região e manter viva a tradição de cada local. É por meio dela que a comunidade toma conhecimento do potencial natural, histórico e cultural que possui seu município. Sendo inserida nos currículos escolares, vai ao encontro de quem tem maior potencial para adquirir e, futuramente, transmitir essas noções de preservação e manutenção da sua cultura.

A memória social, a historiografia e a educação patrimonial formam, então, um alicerce onde se poderão fixar as raízes de significação do patrimônio histórico-cultural-natural, configurando, assim, os laços identitários da Ilha da Rita. Esse novo olhar só será possível, porém, se contemplarmos um conceito de cultura em constante movimento. Como propõe ALVES (2009 p. 60):

A cultura, como referimos anteriormente, procede de toda uma comunidade e a ela deve retornar. Não é, nem pode ser, privilégio de uma elite, nem na sua produção, nem nos benefícios que dela retira. É fundamental uma ampla participação do indivíduo, em particular, e da sociedade, em geral, no processo de criação dos bens culturais, na manutenção dos lugares de memória, na tomada de decisões que concernem à vida cultural e na sua difusão e fruição. Entendida desta forma, a cultura facilitará a construção de laços de significação, ou seja, de identidade, numa estreita colaboração para a preservação e valorização do seu património cultural. Valorizar significa a utilização dos recursos do património cultural, dos bens históricos e artísticos, dotando-os com as condições objectivas e ambientais que ressaltem as suas características específicas e que permitam o seu aproveitamento sem, contudo, devir a sua natureza. De acordo com esta concepção, a valorização do património exerce uma benéfica acção reflexa sobre o próprio bem cultural, estendendo seu efeito à área ou localidade onde se encontra, uma vez que, se o monumento é capaz de atrair a atenção dos visitantes, tal conduzirá ao aumento do interesse de particulares ou mesmo do poder público em adaptar ou instalar infraestruturas adequadas para os receber. O património poderá constituir, desta forma, uma mais valia para o desenvolvimento de uma comunidade.

Assim, essa pesquisa quer, agora, projetar suas teias na direção de novos embates, não limitados ao mundo técnico e acadêmico, mas que considerem, de fato, o conhecimento empírico e valorizem a cultura do lugar.

É importante viabilizar novas discussões, que nos apontem outros caminhos para a dissecação de nossos valores patrimoniais e materializem ações em espaços de conservação.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ACHARD, Pierre... [et al.]. Papel da memória, tradução e introdução de José Horta Nunes – 2 ed. Campinas, SP, Pontes Editores, 2007.

AGIER, Michel. DISTÚRBIOS IDENTITÁRIOS EM TEMPOS DE GLOBALIZAÇÃO. Mana, Rio de Janeiro, v. 7, n. 2, out. 2001 . Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-93132001000200001&lng=pt&nrm=iso>. acessos em 17 fev. 2010. doi: 10.1590/S0104-93132001000200001.

BENJAMIN, Walter. (et al .) O narrador . In Textos Escolhidos.Trad. Nikolai Leskow. São Paulo, Abril Cultural, 1980.(Coleção Os Pensadores)

BORGES, Diogo; CABRAL, Cleber. Rizoma: uma introdução aos mil platôs de Deleuze e Guattari. Disponível em: <http://revista.criterio.nom.br/artigo-rizoma-mil-platos-deleuze-guattari-diogo-borges-cleber-cabral.htm> acesso em 09 de março de 2010.

BRITO, Angela Xavier de e LEONARDOS, Ana Cristina. A identidade das pesquisas qualitativas: construção de um quadro analítico. Caderno de Pesquisa. [online]. 2001, n.113, pp. 7-38. ISSN 0100-1574. doi: 10.1590/S0100-15742001000200001.

CANCLINI, Nestor García. Culturas híbridas, poderes oblíquos. In: ____ Culturas híbridas: estratégias para entrar e sair da modernidade. Tradução Ana Regina Lessa e Heloísa Pezza Cintrão. 4 ed. São Paulo: Edusp, 2008. p.285-350.

CASTANHO, Sérgio. Memória, Tempo Presente e Propecção do Futuro in RESGATE: Revista de Cultura. Campinas: Área de Publicações CMU/Unicamp, nº 13 - 2004. p. 75-92.

CHAUÍ, Marilena Cidadania cultural, 1ª Ed. – São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2006.

CHOAY, Françoise A alegoria do patrimônio. Tradução de Luciano Vieira Machado. 3ed. São Paulo: Estação Liberdade: UNESP, 2006.

COUTINHO, Maria Chalfin; KRAWULSKI, Edite; SOARES, Dulce Helena Penna. Identidade e trabalho na contemporaneidade: repensando articulações possíveis. Psicol. Soc., Porto Alegre, v. 19, n. spe, 2007 . Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-71822007000400006&lng=pt&nrm=iso>. acessos em 03 maio 2010. doi: 10.1590/S0102-71822007000400006

DELPHIM, Carlos Fernando de Moura. O patrimônio natural no Brasil, IPHAN, 2004. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/portal/baixaFcdAnexo.do?id=418> Acesso em 09 de abril de 2010.

FÉLIX, Loiva Otero. Historia e memória : a problemática da pesquisa. Passo Fundo, RS: EDIUPF, 1998

FERREIRA, Jerusa Pires. Tantas memórias - ou um difícil passeio pelos modos de pensar a memória: possibilidades, textos e atores in RESGATE: Revista de Cultura. Campinas: Área de Publicações CMU/Unicamp, nº 13 - 2004. p. 65-74.

FROMM, Erich Ter ou Ser? Rio de Janeiro: LTC, 1976, p96.

FUNARI, P. P. A. & PELEGRINI, S. C. A. Patrimônio Histórico e Cultural. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2006. 72p.

GONÇALVES, Mônica Lopes et al. Fazendo pesquisa: do projeto à comunicação científica. 2. ed. rev. e ampl. Joinville, SC: UNIVILLE, 2008. 134 p.

HALBWACHS, Maurice. . A memória coletiva. São Paulo: Centauro, 2006. 222 p.

HALL. Stuart, A identidade cultural na pós-modernidade; tradução Tomaz Tadeu da Silva. Guacira Lopes Louro. - 11 ed. - Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

HALL, Stuart, Quem precisa de Identidade? In, SILVA, Tomaz Tadeu da, Identidade e Diferença: a perspectiva dos estudos culturais/ Tomaz Tadeu da Silva(org.), Stuart Hall, Kathryn Woodward, - Petrópolis, RJ: Vozes, 2000. p. 103-133.

HERNÁNDES, Fernando, Catadores de cultura visual: transformando fragmentos em nova narrativa educacional, revisão técnica: Jussara Hoffmann e Susana Rangel Vieira da Cunha; tradução: Ana Duarte. Porto Alegre, Mediação, 2007.

LEDOUX, Aurélio Alves 2º distrito do Sahy e sua história.

LE GOFF, Jacques, A história nova, tradução Eduardo Brandão, 4 ed. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

MACHADO, Alexander da Silva; HAIGERT, Cynthia Gindri; POSSEL, Vanessa Rodrigues in Educação Patrimonial: Relatos e Experiências/ André Luiz R. Soares (org.). Santa Maria: Ed. UFSM, 2003

MACHADO, Regina Acordais: Fundamentos teórico-poéticos da arte de contar histórias. São Paulo, DCL, 2004.

MAGALHÃES, Fernando Museus Patrimônio e Identidade: Ritualidade, Educação, Conservação, Pesquisa, Exposição. Porto, Portugal: Profedições, Ltda/ Jornal a Página. 2005.

MAY, Tim. Pesquisa Social. 3. Ed. São Paulo: ARtmed, 2004.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (Organizador). Pesquisa social: teoria, método e criatividade. 12. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1999. 80 p.

MONTENEGRO, Antonio Torres. História oral e memória: a cultura popular revisitada. São Paulo: Contexto, 2001. 153 p.

MORETTIN, Eduardo Victorio. Dimensões históricas do documentário brasileiro no período silencioso. Rev. Bras. Hist., São Paulo, v. 25, n. 49, jan. 2005 . Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-01882005000100007&lng=pt&nrm=iso>. acessos em 03 maio 2010. doi: 10.1590/S0102-01882005000100007.

PERES, Ivana Morales; SILVA, Gabriela de Mello. Cidadania e memória social: efeitos na preservação patrimonial. In, Memória e patrimônio: ensaios sobre a diversidade cultural/ Francisca Ferreira Michelin, Francine Silveira Tavares;

Mestrado em memória Social e Patrimônio Cultural/ Ufpel: Editora da Ufpel, 2008. p. 325-331.

PRIORI, Angelo (Org.). História, memória e patrimônio. Maringá: Eduem, 2009.

S. THIAGO, Raquel Fourier: esperança e utopia na Península do Saí, Blumenau: Ed. da FURB; Florianópolis: Ed. da UFSC, 1995.

THIAGO, Raquel S.; COELHO, Ilanil. A Univille na história da paisagem da Ilha da Rita. Revista Univille, Joinville (SC) , v.6, n.2 , p. 49-62, dez. 2001.

VIEIRA, Ricardo & MAGALHÃES, Fernando Patrimônio e Identidade. 1ed. Porto: Profedições, 2009.

ZANIRATO, Silvia Helena; RIBEIRO, Wagner Costa. Patrimônio Cultural: a percepção da natureza como um bem não renovável. Revista brasileira de história. São Paulo : Associação Nacional de História, 2 v. 26, n. 44 (dez. 2006) p. 251-262.

WESTPHAL, Euler Renato. O oitavo dia na era da seleção artificial. São Bento do Sul, União Cristã, 2004.

Documentos:

Proposta de Ocupação da Ilha da Rita, Univille, 1997.

Contrato de cessão de uso da Ilha da Rita para Univille.

Documentos referentes à Ilha da Rita da administração do Porto de São Francisco do Sul.